

# IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública  
Ano 1 — nº 3 — setembro — 2017

## O Primeiro Satélite Geostacionário Brasileiro de Defesa e Comunicações

*Democratização da banda larga  
e defesa do território*

### **LEI MARIA DA PENHA:**

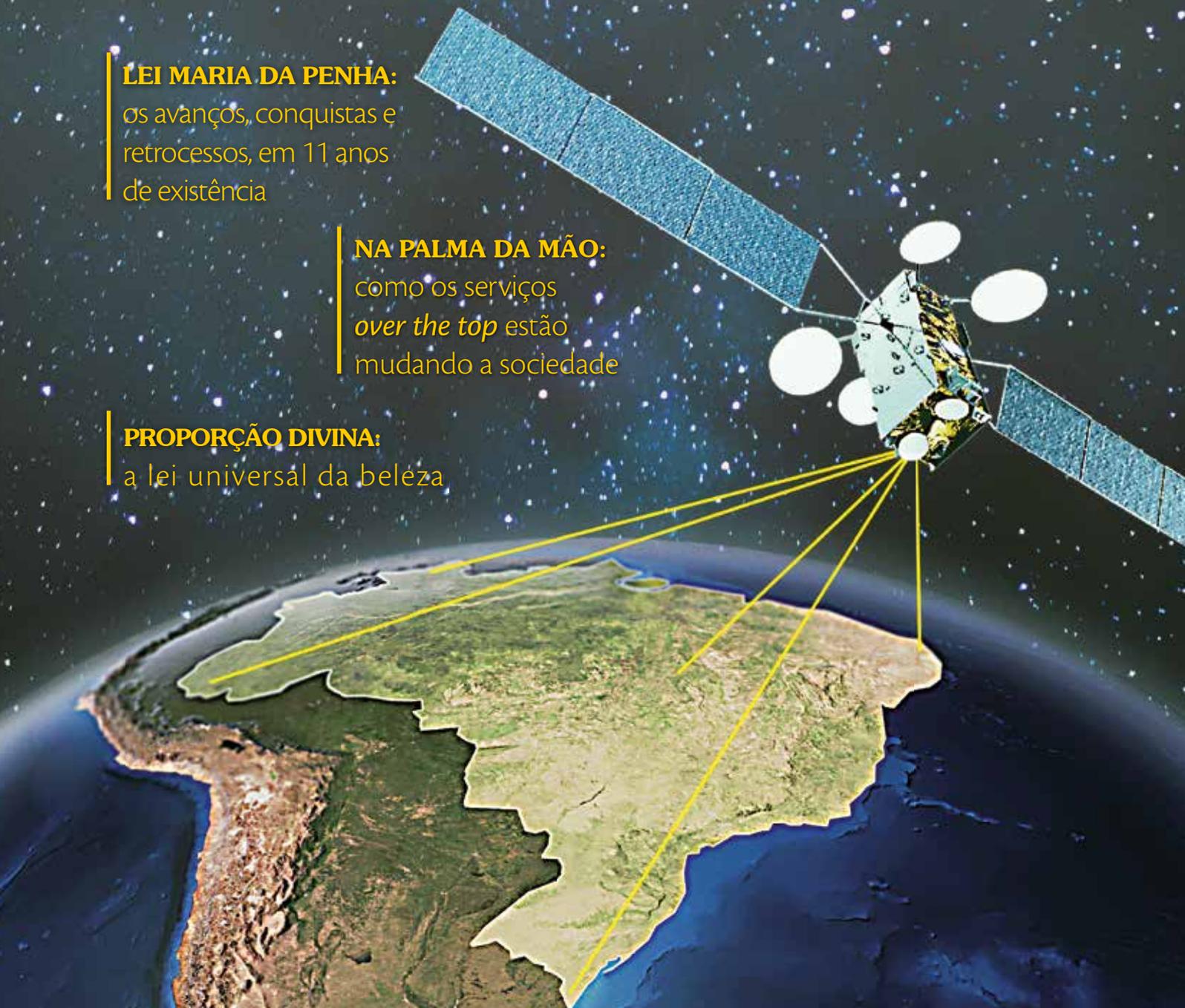
os avanços, conquistas e retrocessos, em 11 anos de existência

### **NA PALMA DA MÃO:**

como os serviços *over the top* estão mudando a sociedade

### **PROPORÇÃO DIVINA:**

a lei universal da beleza



# 3<sup>a</sup> semana de **inovação**

— *TRANSFORMAÇÃO DIGITAL* —

Participe da  
**3ª Semana de Inovação**  
e conheça as novidades e tendências que estão  
transformando os serviços públicos

**De 16 a 19 de outubro de 2017**  
na Escola Nacional de Administração Pública - Enap



Acesse e faça sua inscrição:  
[www.planejamento.gov.br/semana](http://www.planejamento.gov.br/semana)

**Enap**

MINISTÉRIO DO  
**PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**



## DECRETO — DE 13 DE MAIO DE 1808

### CREA A IMPRESSÃO REGIA

*Tendo-Me constado, que os Prêlos que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo à necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou Servido, que a Casa, onde elles se estabelecerão, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação e Papeis Diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço, e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras, ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conselho de Estado, Meo Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra o terá a cargo, e procurará dar ao serviço a maior extensão, e Hei por bem, que as Ordens necessarias se expedirão ao Meu Conselho, e ao Meu Secretario de Estado em Janeiro, em 13 de Maio de 1808, e oito*



Há 209 anos os atos oficiais do  
Estado brasileiro ganham vida  
na Imprensa Nacional

Diretor-Geral: Pedro Bertone  
Editor: Cristóvão de Melo  
Copidesque: Rogério Ribeiro Lyra

REDAÇÃO:

Cristóvão de Melo  
Ezequiel Marques Boaventura  
Pedro Paulo Tavares de Oliveira  
Rogério Lyra  
Letícia Helen Neves de Sá (estagiária)

SECRETÁRIA

Vânia Maria Pinto

REVISÃO:

Dermeval Fernandes Dantas

CAPA:

Sirofi

ARTE E DIAGRAMAÇÃO:

Cláudio de Souza

ILUSTRAÇÕES:

Sirofi (págs. 45 e 57)

DECUPAGEM:

Lisandra Maria Souza do Nascimento

CARTAS PARA A REDAÇÃO:

Imprensa Nacional – Assessoria de  
Comunicação – SIG, Quadra 6, Lote 800,  
Brasília - DF, 70610-460  
e-mail:  
**ascom@in.gov.br**

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Imprensa Nacional, ou da Casa Civil da Presidência da República.

É permitida a reprodução da revista, desde que citada a fonte.

IMPrensa NACIONAL – Novos Rumos da Comunicação Pública ISSN 2526-6039 é uma publicação produzida pela Assessoria de Comunicação da Imprensa Nacional.



<http://www.in.gov.br>

# Carta ao Leitor

A Revista Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública chega a sua terceira edição mantendo o compromisso de trazer aos leitores matérias e artigos a respeito da comunicação pública e temas correlatos, como a modernização da infraestrutura e o desenvolvimento de soluções tecnológicas que influenciam a gestão governamental e impõem a necessidade de aprimorar a prestação de serviços ao cidadão. Temos esse olhar para o futuro, mas não abrimos mão da tradição e do conhecimento acumulado, de referência no tratamento da informação pública e nas artes gráficas, nesses 209 anos de história da Imprensa Nacional, dos quais nos orgulhamos muito.

Neste número, a reportagem de capa aborda nosso primeiro Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), cujo lançamento ocorreu em maio deste ano. Este equipamento, além de aumentar a oferta de banda larga aos mais remotos rincões do Brasil – promovendo a inclusão digital –, irá ampliar a capacidade das Forças Armadas na defesa de nosso território. Não menos importante será a absorção de tecnologia pelos nossos técnicos e pela indústria nacional, que estão adquirindo o conhecimento necessário para que o Brasil se torne um *player* na proeminente indústria aeroespacial.

Na seção Saiu no DOU, fizemos um balanço dos 11 anos da Lei nº 11.340/2006, que coíbe a violência contra a mulher. Imprensa Nacional entrevistou Maria da Penha Maia Fernandes, mulher que inspirou a criação da lei, que é conhecida pelo seu nome, e a delegada Sandra Mello, da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) do Distrito Federal.

Em Alma Gráfica, um artigo sobre a proporção áurea nos brinda com a reflexão sobre a ancestral busca da beleza na história humana. Em Hiperideias, nos deparamos com os chamados serviços *Over The Top* (OTT), que estão revolucionando a produção e o consumo de informação e serviços nos campos do entretenimento, do transporte, da hospedagem e de várias formas de intercâmbio comerciais ou gratuitas nas redes.

A matéria da seção Gestão discorre sobre as Cartas de Serviço, instrumento de transparência, retomado recentemente por novos dispositivos legais editados pelo Governo Federal, que deve servir como ferramenta administrativa e gerencial aos órgãos públicos.

Em Clepsidra, conta-se a história de Hipólito José da Costa, patrono da imprensa brasileira. Na reportagem, Evaristo de Oliveira, vice-presidente executivo do *Correio Braziliense*, nos apresenta a conexão existente entre Hipólito da Costa, Assis Chateaubriand e Brasília.

Na segunda reportagem da série Arquivos Abertos, que trata das coleções disponíveis ao público na Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília, serão abordados os casos referentes a objetos voadores não identificados (OVNIS) e a ocorrência de uma aparição singular em Varginha (MG), situações que foram investigadas por órgãos oficiais, cujos documentos encontram-se disponíveis para consulta. Na matéria, renomados ufólogos foram entrevistados e deram sua versão dos acontecimentos à Imprensa Nacional.

Em Sociedade da Informação, exploramos o tema das notícias falsas (ou *Fake News*, como se convencionou chamar), que proliferaram na Internet com o advento das redes sociais, tornando-se um assunto essencial no debate público no século XXI.

Maria Beatriz Nizza da Silva, historiadora portuguesa, especialista na questão do nascimento da imprensa no Brasil, concedeu-nos entrevista, transcrita na seção Cultura, a respeito da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso no País.

Na seção Meio Ambiente, o leitor poderá conhecer um pouco da diversidade dos jardins da Imprensa Nacional, espaço que representa verdadeiro pulmão de área verde em meio ao Setor de Indústrias Gráficas de Brasília.

Por fim, Ezequiel Marques Boaventura nos leva ao encontro de dez pseudônimos de escritores consagrados, que nos presenteiam com sua sabedoria e perspicácia.

Aproveite a leitura e sinta-se à vontade para nos enviar críticas, elogios e sugestões.

Pedro Bertone – Diretor-Geral

# IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública

Ano 1 — nº 3 — setembro — 2017

## SEÇÕES

**7** - SAIU NO *DOU* - Lei Maria da Penha

**12** - ALMA GRÁFICA - Proporção Divina

**27** - CLEPSIDRA - Hipólito José da Costa - Patrono da imprensa brasileira

**36** - HIPERIDEIAS - Na palma da mão: como os serviços *Over The Top* estão mudando a sociedade?

**40** - SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - Será verdade? O impacto das Notícias Falsas na Sociedade da Informação

**45** - GESTÃO - Carta de serviços, um instrumento de cidadania

**49** - CULTURA - Entrevista com Maria Beatriz Nizza da Silva

**53** - MEIO AMBIENTE - Os jardins da Imprensa Nacional

**57** - CRÔNICA - Meu encontro com dez pseudônimos na *Belle Époque* no Rio do Janeiro

## DESTAQUES

**19** - CAPA - O primeiro satélite geostacionário de defesa e comunicações estratégicas do Brasil  
(Rogério Lyra)

**31** - REPORTAGEM ESPECIAL  
OVNIs nos céus do Brasil  
(Rogério Lyra)

# BOLETIM DAS EMPRESAS ESTATAIS

Número 3 • Período: 2º Trimestre de 2017

## OS PRINCIPAIS DADOS DAS EMPRESAS FEDERAIS APRESENTADOS DE UMA MANEIRA RESUMIDA.

O Boletim das Empresas Estatais Federais é elaborado trimestralmente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O Boletim reúne dados das Empresas Estatais Federais constantes no Programa de Dispêndios Globais (PDG), no Orçamento de Investimento (OI), no Perfil de Pessoal das Estatais (PPE) e demais informações divulgadas pelas próprias empresas. Entre as fontes utilizadas gestão: o Sistema de Informação das Estatais (SIEST) e o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP).

*Acesse o QRCode e baixe o Boletim.*



# SAIU NO **DOU**

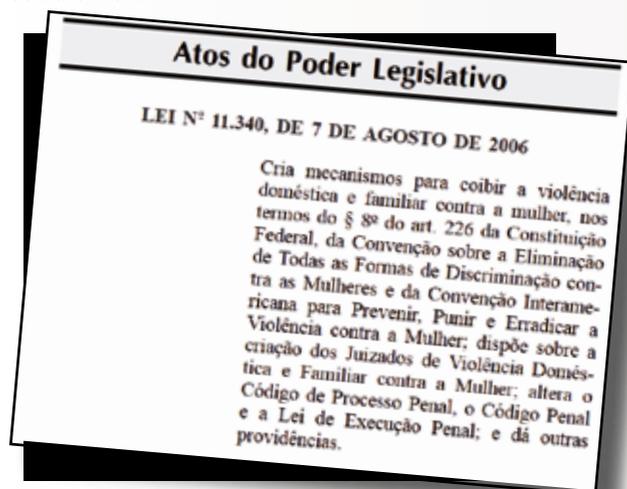
## **LEI MARIA DA PENHA**

Pedro Paulo Tavares de Oliveira

*“A lei Maria da Penha  
Está em pleno vigor  
Não veio pra prender homem  
Mas pra punir agressor  
Pois em “mulher não se bate  
Nem mesmo com uma flor”.*

*A violência doméstica  
Tem sido uma grande vilã  
E por ser contra a violência  
Desta lei me tornei fã  
Pra que a mulher de hoje  
Não seja uma vítima amanhã”.*

*(Versos de “A Lei Maria da Penha em Cordel”,  
do cordelista cearense Tião Simpatia)*



Destaque do Diário Oficial da União em que foi publicada a Lei Maria da Penha em 7 de agosto de 2006

*A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, gerou uma rede de serviços de atenção à mulher em situação de violência doméstica e familiar e reforçou a atuação de órgãos anteriores à promulgação, como as Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam) e o serviço Ligue 180. Onze anos após ter sido publicada na edição de 7 de agosto de 2006 do **Diário Oficial da União (DOU)**, representa uma conquista dos movimentos feministas na busca da erradicação, prevenção e punição da violência contra a mulher*

### **Dados do histórico publicado na**

página eletrônica da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), da Secretaria de Governo da Presidência da República, revelam que os avanços do processo legislativo internacional foram incorporados à Lei Maria da Penha com a ratificação do Brasil a instrumentos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)<sup>1</sup>, o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995)<sup>2</sup>, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994)<sup>3</sup> e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher<sup>4</sup>, além de outros.

1 [http://compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM2006\\_CEDAW\\_portugues.pdf](http://compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf)

2 [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf)

3 <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>

4 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/)

Em 1998, organizações de defesa dos direitos humanos apresentaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), denúncia relativa à impunidade do crime cometido contra a farmacêutica cearense Maria da Penha Fernandes. A OEA aceitou a denúncia e determinou, além do julgamento do agressor, a elaboração de lei específica relativa à violência contra a mulher.

As origens da lei remontam à década de 1970, quando começou o movimento feminista para garantir visibilidade ao problema da violência contra a mulher. De forma organizada, as feministas reagiram à ideia de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Sob o lema “Quem ama não mata”, saíram às ruas para protestar contra a absolvição de assassinos de esposas e ex-esposas em nome da “legítima defesa da honra”.

Em 2002, organizações não governamentais feministas elaboraram um anteprojeto de lei para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Em março de 2004, o anteprojeto chegou à SPM, que instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar projeto de lei (Decreto nº 5.030, de 31 de março de 2004<sup>5</sup>).

D4316.htm

5 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5030.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5030.htm)

Após ampla consulta à sociedade, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.559/2004<sup>6</sup>, que, após alterações, culminou na Lei nº 11.340<sup>7</sup>, publicada em 7 de agosto de 2006 no DOU, com vigência a partir de 22 de setembro daquele ano. Em todas as instâncias, o projeto obteve aprovação unânime nos 20 meses de tramitação no Congresso.

A lei concebeu vida ao dispositivo constitucional que impõe ao Estado assegurar a “assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações”<sup>8</sup> (art. 226, § 8º, da Constituição Federal).

Em entrevista à *Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública*, a própria Maria da Penha elenca os pontos vitais para unir a lei às pessoas, nada diferente dos mesmos fios condutores das múltiplas políticas públicas do País: informação, participação, atuação dos agentes públicos e denúncia, nesse caso a atitude mais correta. “Não podemos silenciar. A mulher que sofreu feminicídio talvez nunca tenha ido a um centro de referência. Se tivesse conhecimento, poderia ter tomado atitude e estaria viva hoje”, alerta.

Outra advertência vem de Sandra Gomes Melo, Delegada de Atendimento à Mulher no Distrito Federal, unidade da Federação líder dos relatos de violência no Ligue 180 em 2016. Ela não rebate os dados. Ao contrário, aponta uma subnotificação nacional em torno de 60%. “Um dos objetivos nossos é justamente tirar essa violência da invisibilidade, que é a grande característica dos crimes de violência contra a mulher de um modo geral”.

Por conta de inovações como a Delegacia Móvel de Atendimento à Mulher, a Deam de Brasília foi escolhida a melhor delegacia de mulheres no Brasil em 2010, também por funcionar 24 horas de segunda a segunda, com 66 pessoas distribuídas em cinco equipes de plantão, que se revezam a cada 12 horas, sempre com uma delegada à frente de cada grupo.

Com especialização no Japão na área de proteção à vítima de violência, reconhecida como umas das cem mulheres líderes mundiais pela *Vital Voices*, organização não-governamental americana, Sandra Melo define essa



Foto: Rogério Lyra

Sandra Melo, Delegada de Atendimento à Mulher no Distrito Federal, unidade da Federação líder dos relatos de violência

### INOVAÇÕES DA LEI

- Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher;
- Estabelece as formas da violência doméstica como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral;
- Determina que a violência doméstica independe da orientação sexual da mulher;
- Determina que a mulher somente poderá renunciar à denúncia perante o juiz;
- Proíbe as penas pecuniárias, como multas e cestas básicas;
- A mulher será notificada acerca dos atos processuais, em especial quanto ao ingresso e à saída do agressor da prisão;
- A mulher deve estar acompanhada de advogado (a) ou defensor (a) em todos os atos processuais;
- Altera a Lei de Execuções Penais para que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação;
- Determina a criação de juzgados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal para abranger as questões de família, decorrentes da violência contra a mulher;
- Se a violência doméstica for cometida contra mulher com deficiência, a pena será aumentada em 1/3.

violência como um fenômeno universal, com pessoas de todas as idades e classes sociais, a qualquer momento, gerada por uma cultura patriarcal em que a mulher sonha com o príncipe encantado e o homem com uma princesa, mas quer mesmo uma gata borralheira. “Combatê-la depende de como cada sociedade enfrenta essa discriminação. Vejo envolvimento da sociedade internacional, muito aprofundado no Brasil. Todos querem discutir, mas as pessoas não querem internalizar o assunto no seu dia a dia. A Lei Maria da Penha jogou luz sobre essa questão”.

### UM MILHÃO DE ATENDIMENTOS EM 2016 SOMENTE NO LIGUE 180

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 é um serviço de utilidade pública gratuito e confidencial, conduzido pela SPM. A Central recebe denúncias de violência, reclamações a respeito de serviços da rede de atendimento à mulher e as orienta

acerca de seus direitos e da legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário.

Desde sua criação em 2005, o Ligue 180 já registrou 5.965.485 atendimentos. O balanço de 2016 contabilizou 1.133.345 registros, média mensal de 94.445 e diária de 3.096. Essa quantidade é 51% superior aos números de 2015, quando houve 749.024 atendimentos.

Em 2016, o percentual de 53,69% correspondeu à prestação de informações e 24,01% (272.149) a encaminhamentos para outros serviços de teleatendimento: o 190 da Polícia Militar, 197 da Polícia Civil e o Disque 100 da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Do total de atendimentos do ano passado, 12,38% (140.350) corresponderam a relatos de violência. Dentre os relatos, 50,70% se referiram à violência física; 31,80%, violência psicológica; 6,01%, violência moral; 1,86%, violência patrimonial; 5,05%, violência sexual; 4,35%, cárcere privado; e 0,23%, tráfico de pessoas.

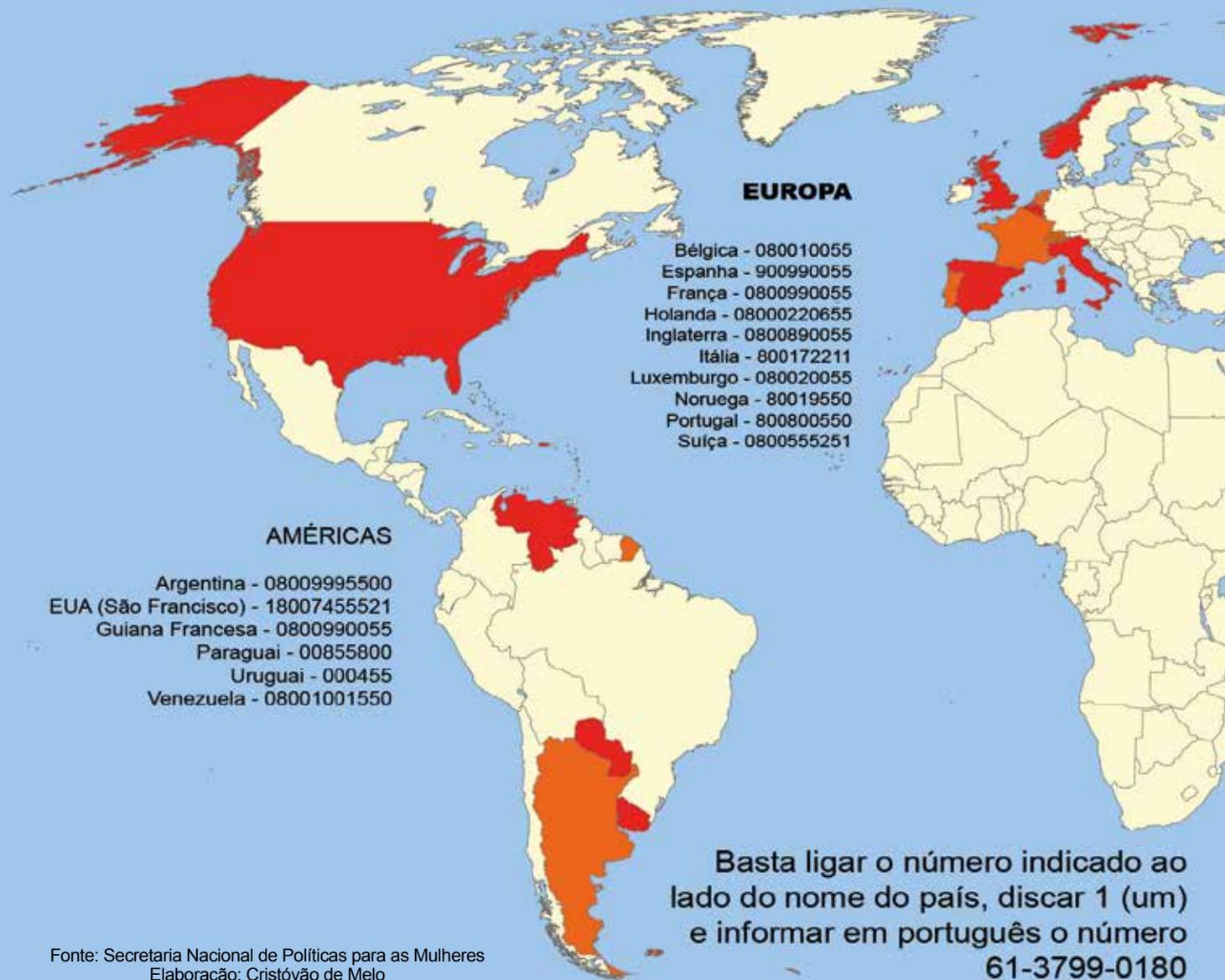
6 <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/361747.pdf>

7 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)

8 <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/lei-maria-da-penha/breve-historico>

# Atendimento no Exterior

Países em que a Central de Atendimento à Mulher pode ser acionada



Em comparação com 2015, a Central constatou um aumento de 54% nos registros de cárcere privado, com a média de 16,7 registros/dia e de 121% nos casos de estupro, com média de 16,51 relatos/dia. Outro dado importante vem da cor da vítima: 60,53% das violências foram cometidas contra mulheres negras.

**Estados** — Os dados, também, revelam as unidades federativas que, proporcionalmente à população feminina, mais registraram relatos de violência. O Distrito Federal lidera, seguido por Piauí e Mato Grosso do Sul. Brasília foi a capital com maior taxa de relatos, sucedida por Campo Grande e Rio de Janeiro.

**Zona rural** — Apesar de os habitantes da zona urbana representarem a maioria dos usuários do Ligue 180 (91,03%), houve bastante procura da zona rural (12.328), um aumento de 127,16% em relação aos números de 2015.

Os dados ainda demonstraram a importância da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), haja vista que, na quase totalidade dos relatos de violência (97,57%), é percebido um risco para a vítima. O risco de que a violência relatada acarrete na morte das vítimas foi percebido em 28,78% dos casos.

Com uma equipe de 400 atendentes de prontidão 24 horas, todos os dias da semana e feriados, o Ligue 180 pode ser acionado de qualquer lugar do Brasil, além de atender brasileiras em situação de violência em outros 15 países. Desde março de 2014, o Ligue 180 atua como disque-denúncia, com capacidade de envio de denúncias para a Segurança Pública, com cópia para o Ministério Público de cada estado, e, ainda, para o Ministério das Relações Exteriores (Departamento de Assistência Consular), a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Polícia Federal.

Créditos: Instituto Maria da Penha



Maria da Penha, líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres, vítima emblemática da violência doméstica. A Lei nº 11.340/2006 é conhecida por Lei Maria da Penha.

## ENTREVISTA COM MARIA DA PENHA

“A implementação da lei requer pessoas capacitadas pelo Estado”

Muito solícita, Maria da Penha concedeu, por telefone, a seguinte entrevista a partir de Fortaleza, sede do instituto que leva seu nome, fundado por ela em 2009. Objetiva nas respostas, 72 anos, aponta caminhos para combater a violência contra as mulheres com a autoridade de quem percorreu o mais doloroso deles – sobreviver a dois atentados e lutar cerca de 20 anos para prender o agressor, seu próprio marido. Indiferente à indicação do seu nome para o Nobel da Paz deste ano – confessa que nem sabe do andamento da papelada –, dedica-se integralmente a debater o assunto Brasil afora, tendo identificado e denunciado descasos na aplicação da lei: Delegacias de Atendimento à Mulher restritas aos grandes centros, com funcionamento limitado até as 18h, outras construídas há tempos, mas sem abrir as portas, suspensão de campanhas educativas. Esses retrocessos praticamente ofuscam exemplos altaneiros como a divertida adaptação da lei para a literatura de cordel, a adoção de seu livro em algumas escolas, o reconhecimento da lei entre as três mais avançadas do mundo e seu debate em universidades da Pensilvânia (EUA).

### Prosperou a indicação do seu nome para o Prêmio Nobel da Paz de 2017?

Para mim, foi surpresa. Soube quando estivemos ano passado em Brasília por ocasião dos 10 anos da lei. É uma iniciativa da bancada feminina no

Senado. As informações foram passadas pelo instituto e não estou bem inteirada do andamento. Mas só a indicação já é uma honra e chamará a atenção internacional para o tema. [A senadora Kátia Abreu, do Tocantins, encaminhou a indicação ao Comitê Norueguês do Prêmio Nobel, que anunciará o ganhador, em outubro, na Noruega. Senadores e deputados federais estão entre as personalidades legitimadas para fazer indicações ao Prêmio Nobel da Paz].

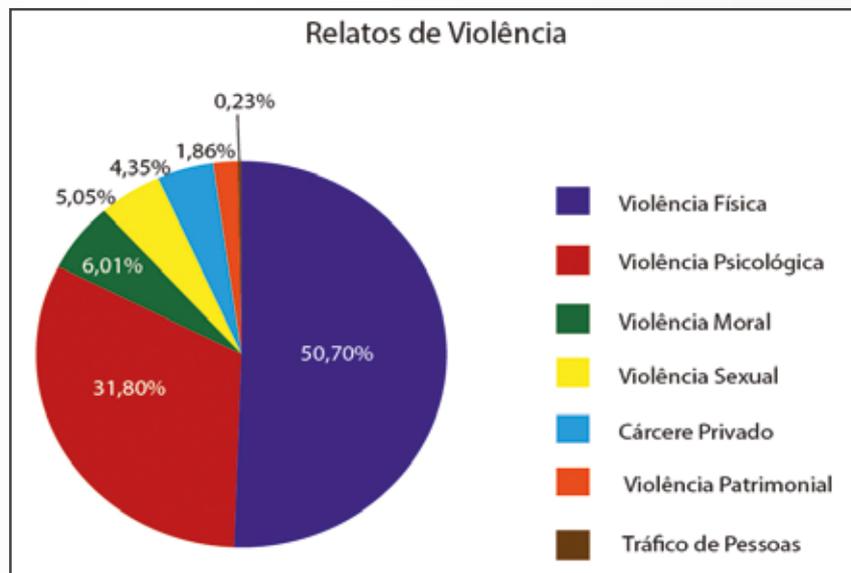
**A senhora é constantemente acionada para falar da lei por razões já conhecidas. Há falhas nesta lei ou na atuação dos aplicadores? Como a senhora analisa essa situação?**

Precisamos de políticas públicas para a lei funcionar de verdade. Foram criados o Centro de Referência da Mulher, a Delegacia da Mulher, a Casa Abrigo e o Juizado. Há dois anos foi criada a primeira Casa da Mulher Brasileira, que reúne esses equipamentos no mesmo local. Mas somente oito anos depois as capitais brasileiras criaram essas estruturas. Há delegacia que funcionava só até sexta-feira, muitas no horário de 8 da manhã às 6 da tarde. A implementação da lei requer pessoas capacitadas pelo Estado, com as políticas públicas disponíveis 24 horas todos os dias.

**As próprias Delegacias de Atendimento à Mulher e a Casa da Mulher não estão proliferadas em todo o País, apenas nos grandes centros...**

Comecei a colocar para imprensa que o gestor público não cuida das mulheres do seu município como deveria. Por que a gente não tem ao menos o Centro de Referência da Mulher em todos os municípios? Os centros de referência podem se organizar em municípios próximos, fazer um consórcio de apoio à mulher, levar a mulher do município de cinco mil habitantes para outro próximo onde tem o convênio. O prefeito que não atende essa demanda é machista. A lei é conhecida, mas não é aplicada para todas as mulheres por falta de compromisso do gestor público.

**Assim que a lei saiu, as campanhas educativas eram frequentes. Hoje, a própria Secre-**



Balanco Anual 2016 - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

**taria Nacional de Políticas para as Mulheres está sem nenhuma campanha no ar. A senhora considera esse fato como outra falha na aplicação?**

Com certeza. Com a mudança de governo houve uma quebra nesse compromisso de esclarecer as mulheres. Temos a Casa da Mulher Brasileira, a primeira inaugurada em Campo Grande, depois a de Brasília. Mas a daqui de Fortaleza está pronta desde o ano passado e ainda não funciona. Agora em agosto, nos 11 anos da lei, houve um abraço simbólico, muito bonito na Casa da Mulher em Fortaleza solicitando que ela fosse inaugurada.

**Comentou-se até a possibilidade de o tema da violência contra a mulher ser uma disciplina escolar...**

Isso mesmo. Eu gosto de contar o seguinte exemplo para ver se outros estados também adotam. O Piauí trabalha com as escolas municipais de Teresina. É o segundo ano que eles investem na conscientização dos alunos do ensino fundamental. Muito importante. Pedi a um cordelista e educador social do Ceará, o Tião Simpatia, para musicar a lei em cordel. Fora isso há poemas, outras coisas, mas o carro-chefe é esse, para as pessoas entenderem como a lei funciona.

**Por falar em exemplos positivos, a senhora citaria avanços de outros países no combate à violência contra a mulher?**

No Canadá, a mulher é muito bem assistida nas situações em que precisa de proteção. Eu vi uma notícia que, na Pensilvânia, a Lei Maria da Penha foi colocada para estudo na universidade. A Organização das Nações Unidas declara que nossa lei está entre as três melhores do mundo no enfrentamento da violência. O avanço foi muito grande por conta da luta do movimento feminista. Mas acho que, infelizmente, aqui no Brasil, ainda não se deu a devida importância, principalmente nas cidades menores.

**Com relação ao seu livro “Sobrevivi... Posso contar”, há uma nova edição a caminho? Já se pensou numa edição popular ou até mesmo em incluir o livro na lista de material didático?**

Já implementaram nas bibliotecas de alguns colégios particulares daqui. Seria interessante que outras cidades também fizessem o mesmo porque a história está contada como existiu. Re-

visamos o livro em 2010 para incluir a lei. Insisto que os nossos gestores estão preocupados com outras coisas que acham mais importantes.

**Como é a sobrevivência financeira do Instituto Maria da Penha?**

Temos colaborações para participar de eventos, mas fora isso é muito difícil. Tentamos uma campanha de arrecadação, sem sucesso. Funciona em uma sala que a gente divide com uma pessoa que nos cedeu o espaço. Temos a nossa página eletrônica, lá tem local para quem quiser doar. Temos *Facebook*, *Instagram*, tem o pessoal se comunicando.

**Qual a mensagem para as mulheres em situação de violência doméstica no Brasil e no mundo?**

Sempre me espelhei nessa frase de Martin Luther King quando quero desistir de alguma coisa: “O que me preocupa não é o grito dos violentos. O que me preocupa é o silêncio dos bons”. Cada mulher, cada homem deve se inteirar a respeito dos direitos das mulheres, denunciar no Ligue 180. Procurar o movimento de mulheres da sua cidade. Não podemos silenciar. Precisamos expor, procurar a imprensa. Cobrar do gestor público o compromisso com a causa da mulher. A mulher que sofreu feminicídio talvez nunca tenha ido a um centro de referência. Se tivesse conhecimento poderia ter tomado atitude e estaria viva hoje.

### **Maria da Penha, mas poderia ser Maria da Paz, Maria da Conceição, Maria do Céu, Maria dos Humildes...**

**Sim. Com o balanço de 2016 do Ligue 180** revelando uma média de 3.096 denúncias de violência ao dia contra a mulher, muitas Marias correm o risco de avolumar as estatísticas oficiais desses verdadeiros atentados à dignidade humana. Embora haja uma miríade de leis, campanhas, institutos, movimentos, blogs e tantos outros instrumentos a bradar gritos de alerta contra essa barbárie que eleva (ou diminui) o Brasil à condição de país que mais sofre com a violência doméstica no mundo, os números ainda provam o quanto é longa a trajetória para virar esse placar a favor das vítimas.

Quando sofreu o primeiro dos dois atentados cometidos pelo seu marido, Maria da Penha estava com 38 anos. Quatro meses entre a vida e a morte. Paraplégica em razão do crime. Primeiro um tiro, depois uma tentativa de eletrocussão. Até ser preso, Marco Antonio Heredia Viveros, economista e professor universitário colombiano, permaneceu 19 anos e 6 meses em liberdade. O agressor foi condenado em 1996 a dez anos de reclusão. Porém, a prisão veio apenas em 2002, e ele cumpriu menos de um terço da pena.

A contribuição de Maria da Penha trouxe-lhe muitas homenagens, dentre elas a “Mulher de Coragem”, primeira brasileira a receber essa condecoração dos EUA; a Ordem de Cruz de Dama de Isabel la Católica, condecoração da embaixada espanhola; e o Prêmio Direitos Humanos 2013, maior outorga do Brasil nesse campo.

*Fontes:*

<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/maria-da-penha-uma-mulher-que-sobreviveu-na-luta/>

<http://www.institutomariadapenha.org.br/2016/index.php/sobre-maria-da-penha/minha-historia>

# PROPORÇÃO DIVINA

Cristóvão de Melo

Quando Fídias terminou a estátua de Atenas no Partenon, feita sob encomenda do próprio Péricles para celebrar a vitória dos gregos sobre os persas na Batalha de Maratona, certificou-se, uma última vez, de que sua obra obedecia às proporções mágicas do número *Phi* (símbolo  $\Phi$ ), cujo nome, até então, não era inspirado no mais famoso escultor da antiguidade. Entorpecido pela satisfação com o resultado de seu labor, plasmado em ouro e marfim, Fídias não percebeu a chegada dos inimi-

gos políticos de Péricles, que, por vingança e inveja, tiraram-lhe a vida. Mal sabiam que sua obra perduraria por milênios, porque suas estátuas e seus templos não eram feitos da matéria mineral e, sim, de uma ideia transcendente ao tempo, com raízes em um número divino:

1,61803398874989484  
8204586834365638117  
7203091798057628621  
3544862270526046281  
8902449707207204189  
39113748475... .





Vista da sede da ONU em Nova Iorque (prédio principal à esquerda)

A história contada acima serve para ilustrar o quanto a busca do ser humano pelo belo não está dissociada da procura por uma lei universal da beleza. A chamada *proporção divina* é uma relação matemática, objeto da atenção do homem nos mais variados campos do saber. A proporção divina, ou proporção áurea, vem sendo estudada e utilizada por matemáticos, artistas, biólogos, arquitetos, *designers*, fotógrafos, músicos, psicólogos, filósofos e místicos, há mais de 2.500 anos.

Para se ter uma ideia de sua influência, atribui-se a utilização da proporção áurea na construção de grandes monumentos da antiguidade, como o *Partenon*, de Atenas, feito, com base no retângulo de ouro, pelos arquitetos Calícrates e Ictinos; e a pirâmide de Gizé, cuja altura de uma das faces, dividida pela base, corresponde ao  $\Phi$ . Sua presença, também, pode ser vista na arquitetura gótica medieval, como na catedral de *Notre Dame*, em Paris.

Grandes mestres da Renascença, como Leonardo da Vinci e Michelangelo, aplicaram a proporção áurea em suas obras. Já no Século XX, o movimen-

to modernista teve o arquiteto franco-suíço Le Corbusier como um adepto da fórmula da beleza. Também utilizou-a Oscar Niemeyer, o gênio brasileiro da arquitetura mundial, que, junto com Le Corbusier, em 1947, projetou o prédio da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque (EUA), tendo como base o retângulo de ouro (Ver Figura 2).

Mas quac! Até o histriônico e desajeitado Pato Donald? No desenho da Disney, *Donald no País da Matemágica* (1959) – laureado com um Oscar de melhor documentário de curta duração –, o pato mais famoso de Hollywood explicou a razão áurea aos espectadores de forma didática e divertida. Entre os exemplos mostrados no filme, está a arquitetura do prédio da ONU.

Mas, afinal, depois de falarmos de tantos exemplos de mestres e de suas obras ao longo do tempo, qual é a fórmula das proporções perfeitas? Matematicamente, podemos dizer que duas quantidades estão em proporção áurea se a razão entre elas é a mesma da razão entre a soma das duas quantidades e a quantidade maior. A Figura 1

abaixo demonstra essa relação geométrica. A resolução de sua expressão algébrica  $(a+b)/a = a/b = \Phi$  nos revela o número irracional Phi:  $\Phi = (1 + \sqrt{5})/2 = 1,6180339887...$

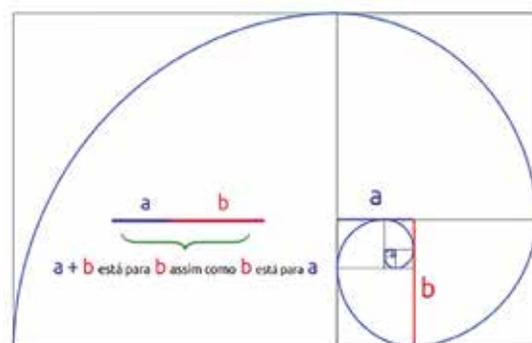


Figura 1: demonstração da razão áurea em um segmento de reta e no retângulo.

Sendo assim, o retângulo áureo ou retângulo de ouro, permite visualizar a razão divina, por meio de sua redução “infinita” a retângulos proporcionais menores. Para isso, basta, de forma sucessiva, retirar um quadrado da área do retângulo, o que sempre dará origem a um retângulo menor, proporcional ao anterior. Nesse retângulo (Figura 2), a fração representada pelo lado maior sobre o lado menor equivale a  $\Phi$ :  $n/m = 1,6180339887...$

## ALMA GRÁFICA - Proporção Divina

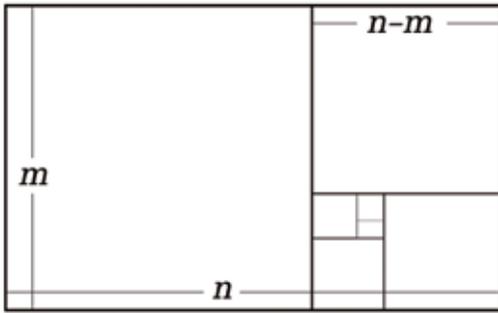


Figura 2: Retângulo áureo, onde  $n/m = 1,6180339887\dots$

Em 1202, o matemático italiano Leonardo de Pisa apresentou ao Ocidente uma sequência de números inteiros (Figura 3), cuja razão entre seus elementos tende a aproximar-se do número  $\Phi$ . Começa com 0 ou 1 e cada termo subsequente corresponde à soma dos dois números anteriores: 0, 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 89, 144, 233, 377, 610, 987, 1.597, 2.584, ... . A sequência Fibonacci (como era mais conhecido Leonardo) ficou mundialmente famosa ao ser retratada no *best-seller* de Dan Brown, *O Código da Vinci*, em que é utilizada para desvendar um segredo de quase 2.000 anos.

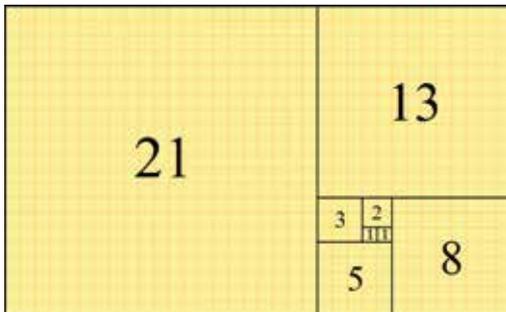
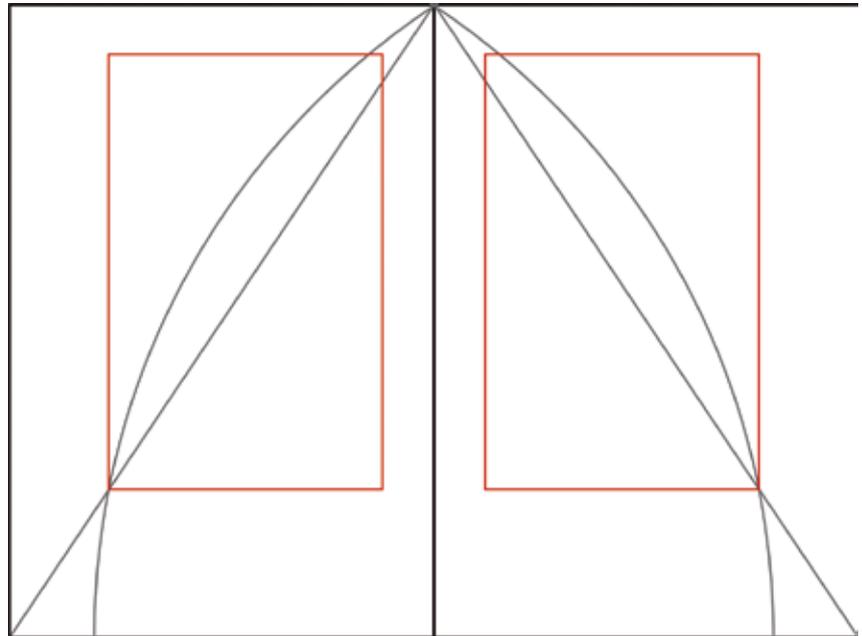


Figura 3: Representação geométrica da sequência Fibonacci assemelha-se ao retângulo áureo.

Muito antes da imprensa de tipos móveis de Gutemberg (1398–1468), monges copistas dos mosteiros da baixa Idade Média já empregavam regras de proporção para melhor utilização do espaço dos seus pergaminhos. E, diga-se de passagem, não fosse o notável esforço, principalmente, dos beneditinos, as grandes obras da Antiguidade Clássica não teriam chegado até nós, tendo sobrevi-

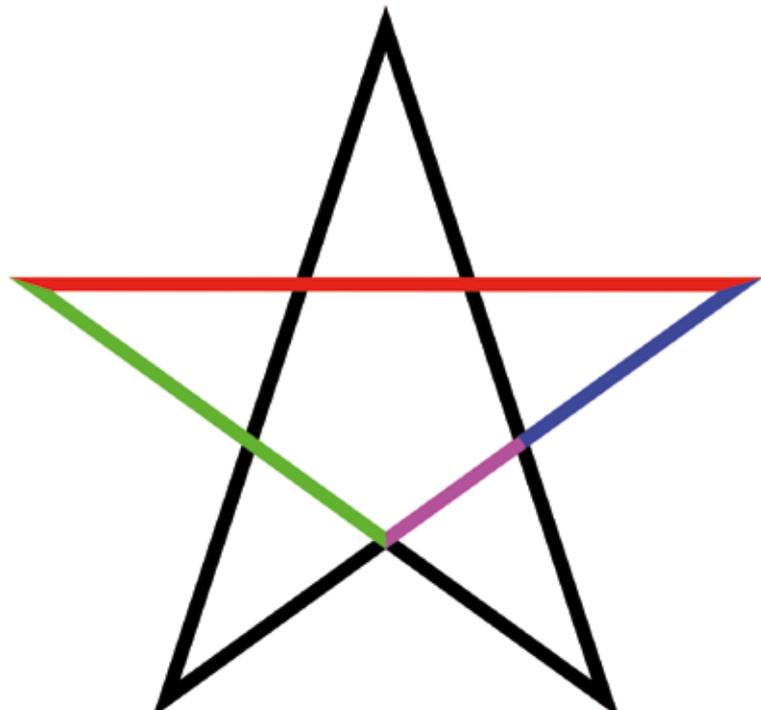
vido a todo o período de fragmentação do Império Romano, às invasões bárbaras e ao obscurantismo medieval. É o caso dos trabalhos dos gregos Pitágoras e Euclides, pioneiros a estudar a razão de ouro, devido à sua frequente presença na geometria.

Pitágoras, a partir de um pentágono regular, desenvolve a figura



Estrutura de um manuscrito medieval, segundo o designer de livros Jan Tschichold.

do pentagrama, que expressa, em suas linhas, a razão de ouro, motivo que levou o filósofo-matemático a dizer que a natureza segue padrões matemáticos. Dentro do próprio pentagrama, está contido o segredo do retângulo de ouro.



Pentagrama regular com seus diferentes segmentos de reta coloridos, todos em proporção áurea.

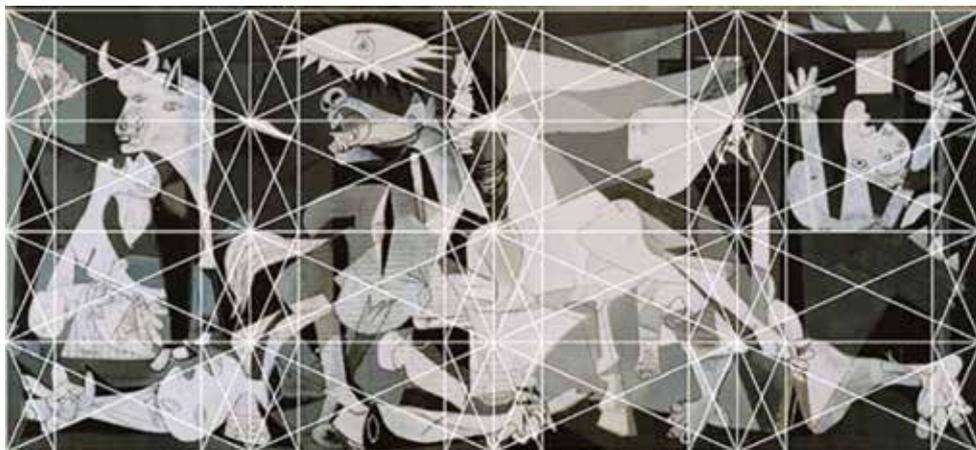
## ALMA GRÁFICA - Proporção Divina

Euclides foi o primeiro matemático a apresentar uma definição da proporção áurea em sua obra *Elementos*: “Uma reta é dita estar cortada em extrema e média razão, quando como a toda esteja para o maior segmento, assim o maior para o menor.” (Editora Unesp, 2009).



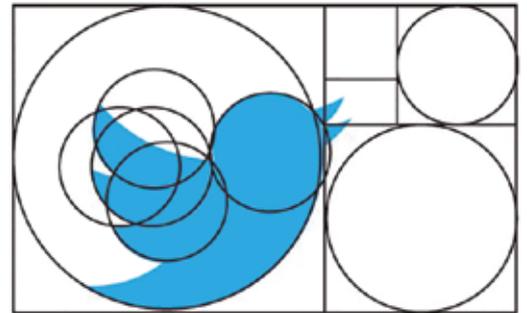
Elementos, de Euclides – Edição de 1482 - Folger Shakespeare Library

A Bíblia de Gutenberg foi impressa em páginas que obedeciam à proporção áurea e, por muitos séculos, nas artes gráficas, o número sempre foi um referencial importante, embora muitos trabalhos não, necessariamente, o utilizassem com a frequência proclamada pelos entusiastas. Independentemente dos mitos que se criaram em relação ao uso do *Phi*, o fato é que os trabalhos desses artistas, escultores, gráficos, e de outras tantas pessoas, profissionais ou diletantes, tiveram, na harmonia das proporções, uma diretriz comum. Mesmo os protagonistas da arte moderna têm, nesse modelo, um referencial, ainda que seja para negá-lo. Muitos, inclusive, dominavam as leis da arte clássica. É o caso do pintor espanhol Pablo Picasso, cuja maestria da pintura formal se transfigurou na quebra de todos os paradigmas da pintura do Século XX. Ainda assim, Picasso utilizava-se das regras tradicionais da pintura, como a da proporção divina. Em *Guernica*, por exemplo, talvez seu quadro mais famoso, o mestre espanhol aplicou a razão áurea para dar equilíbrio, simetria dinâmica e dramaticidade à sua obra-prima.



Guernica, de Picasso, esquadrinhada em 16 segmentos proporcionais.

Nos dias de hoje, nas artes gráficas e na fotografia, a proporção áurea, especialmente pelo uso do retângulo de ouro, é um preceito levado em conta pelos *designers* e fotógrafos mais experientes, na composição das páginas e imagens de livros, jornais, pôsteres, *websites*, jogos de computador e outras peças gráficas ou digitais. Tudo isso, devido à convicção de que suas propriedades estéticas são agradáveis ao olhar. Por isso, a proporção divina é utilizada, comumente, no dia a dia do *design* industrial, seja na criação de logomarcas, nos tamanhos de cartões de crédito, cartões postais, cartas de baralho, pôsteres, televisores de tela plana, fotografias e nos projetos automotivos.



Logomarca da rede social Twitter, redesenhada, em 2012, com aplicação da proporção áurea.

Em nossa era digital, quando o trabalho de diagramação de qualquer peça gráfica pode ser feito e refeito na tela de um computador, muitos amadores podem fazer trabalhos que, há algumas décadas, só eram possíveis de serem realizados por experientes *designers* e seus aprendizes. O que ocorreu com a revolução tecnológica foi a democratização dos meios técnicos de comunicação. Aquilo que antes só era possível reproduzir em uma gráfica industrial passou a ser feito de forma caseira ou por meio de gráficas rápidas. Diagramações, impressões e encadernações tornaram-se rotineiras na vida moderna das grandes cidades.

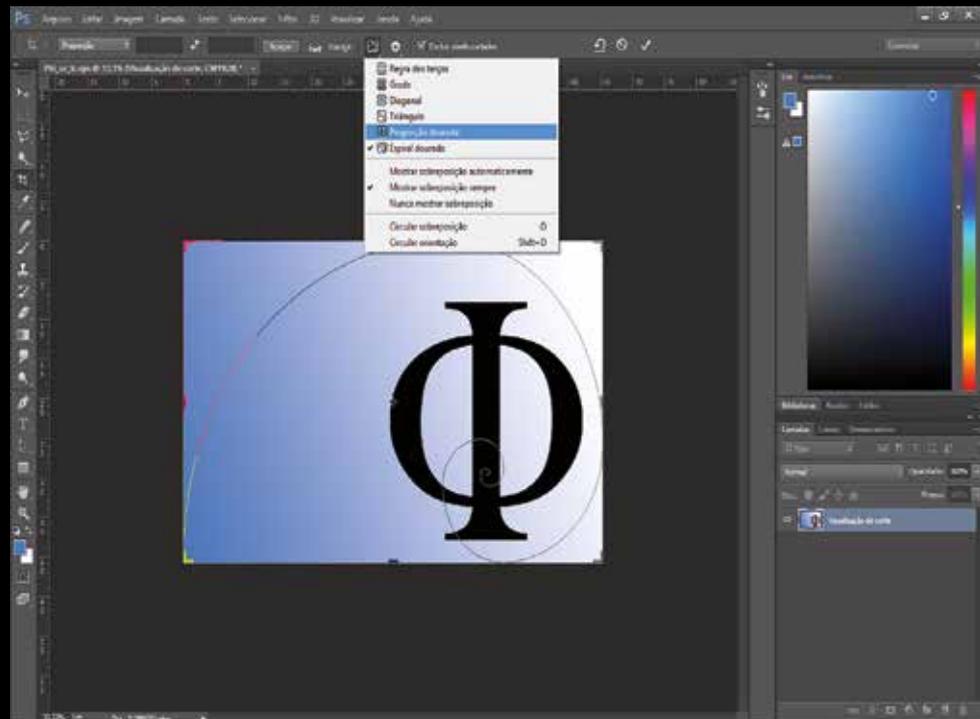
Ainda assim, é preciso refletir que o desenvolvimento dos *softwares* de diagramação e de

## ALMA GRÁFICA - Proporção Divina

tratamento de imagens, a partir dos anos 1990, incorporou todas as regras e padrões técnicos e estéticos, aperfeiçoados ao longo de séculos, potencializados pela invenção de Gutemberg, no Século XIV, e tendo chegado ao último quarto do Século XX ao auge de sua produção analógica.

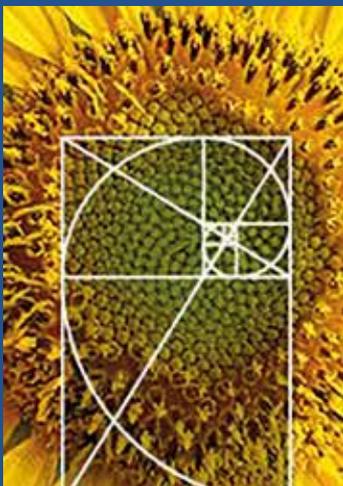
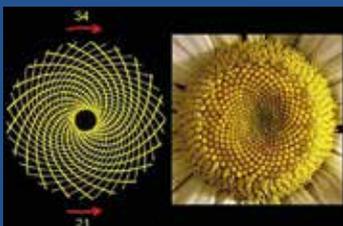
Atualmente, é fácil para um leigo fazer um trabalho gráfico razoável, sem conhecimento técnico aprofundado a respeito de *design*, composição ou diagramação. Isso é possível porque os programas de computador são intuitivos e já trazem consigo, embutidas, as regras clássicas do *design* gráfico. Seus modelos têm em seus “genes” as regras de ouro de uma arte secular. Mesmo com toda essa facilidade, ainda requer muito estudo e muita prática para quem quer se aventurar pelas artes visuais e gráficas. Uma pequena busca pela internet mostra uma infinidade de páginas e vídeos, em todos os idiomas, a respeito da razão áurea. Ao que parece, esse número é mesmo inerente à beleza e aos desígnios da natureza.

### TELA DO SOFTWARE DE EDIÇÃO DE IMAGENS ADOBE PHOTOSHOP



Ferramenta de corte com opção de visualização de proporção áurea

### A proporção dourada na natureza



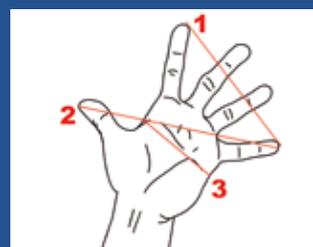
No Século XIX, muitos estudiosos dedicaram-se à pesquisa acerca da presença da proporção divina na natureza. Adolf Zeiseing (1810-1876), um psicólogo alemão, alegava ter encontrado a razão dourada nos padrões de galhos de árvores e de veios de folhas, nos esqueletos de animais, nos seus membros e ramificações de veias e nervos, na proporção de compostos químicos e na geometria dos cristais. O trabalho de Zeiseing influenciou Le Corbusier, que desenvolveu uma escala antropométrica de proporções, o Modulor, baseada na razão de ouro e na sequência Fibonacci. A espiral derivada da fórmula de ouro, afirmam alguns pesquisadores, pode ser encontrada também em escamas de peixes, nas conchas de moluscos, na disposição das sementes do girassol, na casca do abacaxi... 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34... etc.

Biólogos encontraram padrões similares à sequência Fibonacci no arranjo das sementes de girassóis.

### A proporção áurea e o corpo humano



Desenho de Leonardo da Vinci: a proporção do corpo humano, segundo Vitruvius.



Medidas da mão.

A proporção divina, ou seja, a razão cujo resultado é o número Phi (1,6180339887...), supostamente pode ser encontrada nas seguintes relações entre partes do corpo humano:

- A altura do corpo humano e a medida do umbigo até o chão.
- A altura do crânio e a medida da mandíbula até o alto da cabeça.
- A medida da cintura até a cabeça e o tamanho do tórax.
- A medida do ombro à ponta do dedo e a medida do cotovelo à ponta do dedo.
- O tamanho dos dedos e a medida da dobra central até a ponta.
- A medida da dobra central dos dedos até a ponta dividida e da segunda dobra até a ponta.
- A medida do quadril ao chão e a medida do joelho até o chão.

# PRONAF

Programa Nacional de Fortalecimento  
da Agricultura Familiar

## R\$ 30 bilhões

para o crédito rural | juros a partir de 2,5% a.a.

Juros mais baixos e garantia de preços  
para estímulo à produção de alimentos  
que chegam à mesa dos brasileiros

**Sead** Secretaria Especial de  
Agricultura Familiar e do  
Desenvolvimento Agrário

Saiba mais em: [mda.gov.br](http://mda.gov.br)



SECRETARIA ESPECIAL DE  
AGRICULTURA FAMILIAR E DO  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL



# ATENÇÃO PARA OS NOVOS VALORES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DA IMPRENSA NACIONAL

**CENTÍMETRO DE COLUNA PARA PUBLICAÇÃO**

**R\$ 33,04**

## ASSINATURAS

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO IMPRESSO - ENTREGA NO DISTRITO FEDERAL (R\$)

PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	49,00	23,00	65,00
TRIMESTRAL	146,00	69,00	196,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO IMPRESSO - ENTREGA NOS DEMAIS ESTADOS (R\$)

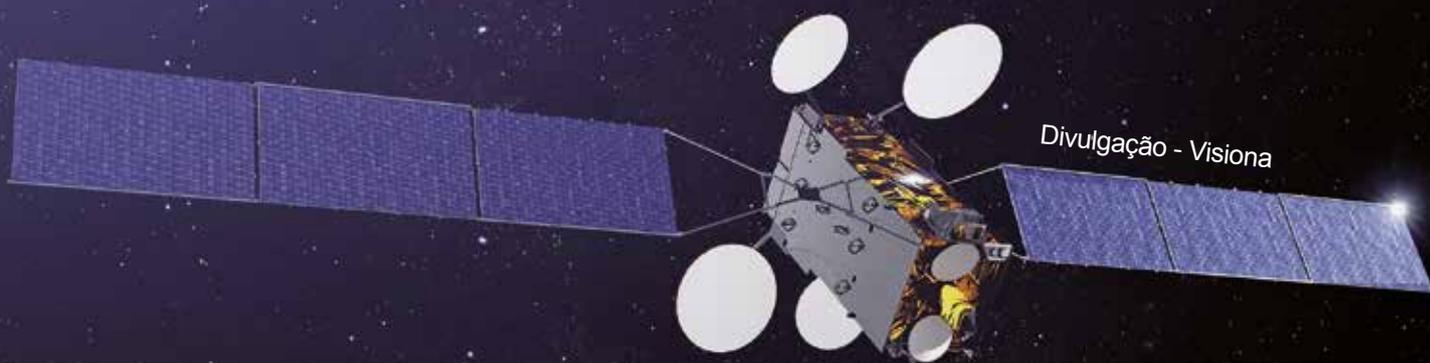
PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	97,00	72,00	116,00
TRIMESTRAL	292,00	215,00	347,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO ELETRÔNICO (R\$)

PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	38,00	38,00	38,00
TRIMESTRAL	113,00	113,00	113,00
SEMESTRAL	226,00	226,00	226,00
ANUAL	452,00	452,00	452,00

O reajuste nos preços cobrados pelo centímetro de publicação e pela comercialização de exemplares e assinaturas do Diário Oficial da União, fixado pela Portaria nº 20, de 1º/2/2017, visa corrigir em parte a defasagem dos valores praticados pela Imprensa Nacional desde 2008.





# VIGILANTE E MENSAGEIRO DO ESPAÇO

Rogério Lyra

## Depois de 14 anos de jejum de boas notícias

veiculadas na grande mídia, oriundas do Programa Espacial Brasileiro (PEB), desde o acidente que vitimou 21 técnicos, com a explosão da Torre do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) no Maranhão em 2003, no dia 5 de maio de 2017, exatamente às 18h50, chegou da base aeroespacial de Korou, na Guiana Francesa, um sopro de otimismo com o lançamento do foguete Ariane 5, transportando o primeiro Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) brasileiro. Com a missão de expandir a banda larga em território nacional e a capacidade operacional de nossas Forças Armadas, o Programa SGDC – por meio da absorção de tecnologia – é também o passaporte de entrada do Brasil ao seletivo grupo de nações com conhecimento para o desenvolvimento de satélites, um dos mais promissores segmentos do mercado aeroespacial, que cresce na ordem de 5% ao ano, movimentando mais de 300 bilhões de dólares.

## Vigilante e Mensageiro do Espaço

O desenvolvimento e a capacitação da expertise nacional nesse proeminente mercado são um projeto de médio e longo prazo. Já os dois principais objetivos do SGDC – um sistema seguro de comunicações via satélite para as Forças Armadas e o Governo Federal, mais o suporte para instalação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) – estão em fase adiantada de implantação. A operação do satélite se dará em duas bandas: a banda X (30 %), de uso exclusivamente militar, pelo Ministério da Defesa, e a banda Ka (70%), operada pela Telebrás e empresas privadas.

Até o fechamento desta edição, a Telebrás havia lançado um chamamento público para 17 de outubro deste ano. Nele serão definidas as empresas que se habilitarão a operar os lotes destinados ao setor privado. Pelo edital, a capacidade do SGDC será dividida em quatro partes. Todas com cobertura nacional. Com a Telebrás ficará um lote e dois serão oferecidos às empresas, restando o quarto, que ficará como reserva operacional de expansão. Segundo a empresa, o satélite vai ampliar a oferta de banda larga no País, com Internet de qualidade. Sua alta capacidade cobrirá 10,6 milhões de Km<sup>2</sup>, o que abrangerá todo o Brasil, incluído nosso mar territorial

O SGDC é uma iniciativa dos Ministérios da Defesa e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com um investimento total de R\$ 2,7 bilhões. A

operação e o monitoramento do satélite ficarão a cargo da Força Aérea Brasileira (FAB). Para isso foi criado o Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P), em Brasília (DF). 100 profissionais em escala de revezamento, em três turnos, trabalharão no suporte ao SGDC, 24 horas por dia. No local, também foi instalada uma antena com 18 metros de altura e 13 de diâmetro, para receber os sinais do satélite.

No Rio de Janeiro, outro centro secundário de operações, nos mesmos moldes, foi instalado. A Banda X, que será de uso exclusivo das Forças Armadas e foi concebida para aumentar a capacidade de comunicação nas operações de defesa, será integrada ao Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS). “Este sistema possui dois segmentos: um satelital e outro que chamamos de terrestre, porque os satélites se ligam ao nosso centro de operações por meio de fibras óticas próprias ou contratadas. O SGDC-I vai satisfazer muito nossas necessidades, o II e o III vão melhorar, mais ainda, nossa capacidade e

todos vão integrar os três grandes sistemas que são: Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC<sup>2</sup>), Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISgAAZ) e o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra)”, explica o explica o Coronel Anderson T. Hosken Alvarenga



Foto: Rogério Lyra

Coronel Anderson  
T. Hosken  
Alvarenga –  
Ministério da  
Defesa



## Vigilante e Mensageiro do Espaço

Para as Forças Armadas, o Programa SGDC (seus três satélites e a absorção de tecnologia), mais do que um avanço em nosso Programa Espacial Brasileiro e todas as vantagens competitivas advindas, é uma questão de soberania nacional. “Um satélite operado em território brasileiro e por brasileiros nos dá uma segurança muito grande. Além disso, o SGDC vai facilitar o processo decisório por agilizar nossas comunicações e pela capacidade de sua abrangência. A Banda X vai chegar às nossas ilhas oceânicas e, também, à Antártida, onde temos em operação, pela Marinha, a Estação Antártica Comandante Ferraz”, destaca o General de divisão, Gláucio Lucas Alves.



Foto: Rogério Lyra

General Gláucio Lucas Alves –  
Ministério da Defesa

Com uma vida útil de 18 anos, o SGDC-I é o primeiro satélite de uma série de três previstos (ainda faltam o SGDC-II e o SGDC-III) dentro do Programa. Para pô-lo em prática, foi criada uma *joint venture* entre a Telebrás e a Embraer, de nome Visiona, a qual foi responsável pela contratação dos fornecedores para construção e lançamento do satélite. À Visiona coube a elaboração do processo de seleção das empresas capacitadas, a execução do projeto, o lançamento do satélite e o programa de transferência e absorção de conhecimento e tecnologia. “Tivemos, em princípio, 11 concorrentes para a construção do SGDC. Mais cinco de veículos lançadores. Por fim, selecionamos a *Thales Alenia Space* e o Ariane 5 (fogete lançador da Agência Espacial Europeia – ESA)”, explica Eduardo Bonini, presidente da Visiona.



Eduardo Bonini, presidente da  
Visiona

## Vigilante e Mensageiro do Espaço

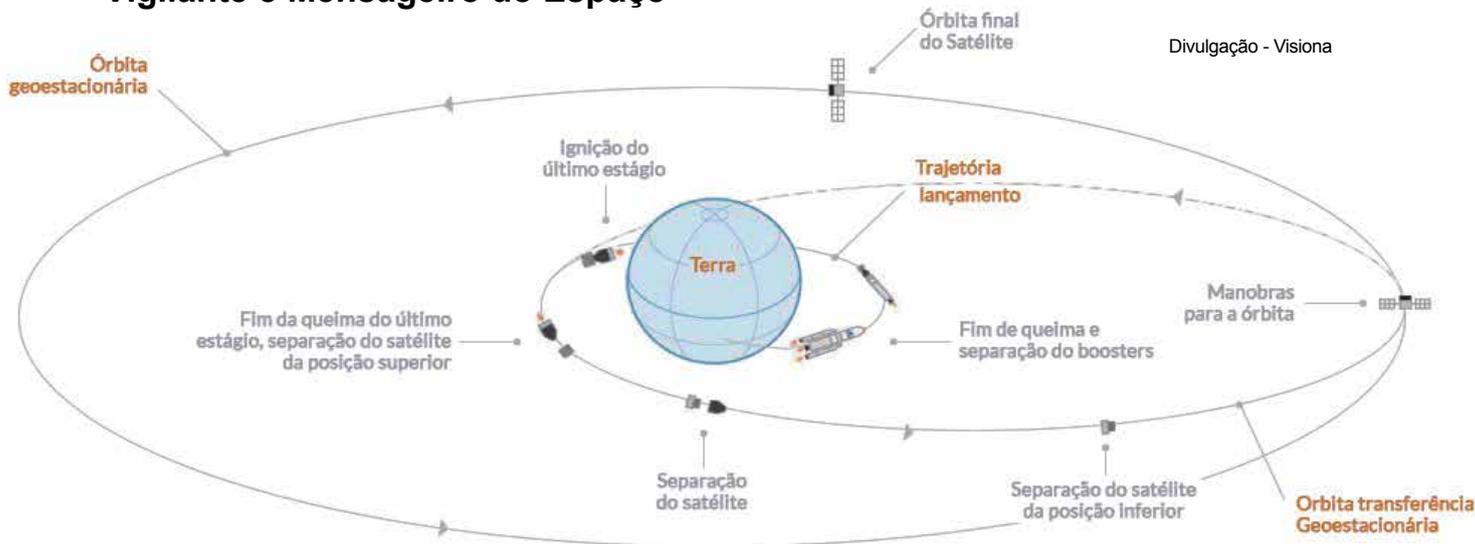


Diagrama do lançamento e entrada em órbita geostacionária do SGDC



Foto: Letícia Helen

Jarbas Valente, presidente da Telebrás

Pelas exigências do contrato, à empresa contratada caberia repassar a tecnologia de construção do satélite e de operação. Para isso, foi formulado um Plano de Absorção de Tecnologia Espacial (PAT). Foram enviados mais de 50 engenheiros brasileiros das instituições participantes do projeto SGDC: Telebrás, Visiona, Ministério da Defesa, MCTIC, Agência Espacial Brasileira (AEB), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Embraer. “Trabalhamos na concepção do projeto, não só para viabilizar

o SGDC, mas, também, na preparação de um corpo técnico com expertise para atuar em tecnologia satelital”, diz Jarbas Valente, presidente da Telebrás.

Após um treinamento inicial, com cursos básicos, depois com outros específicos, nas áreas em que cada profissional iria atuar, os técnicos brasileiros trabalharam com os franceses, dividindo tarefas ou realizando atividades sozinhos, sob supervisão dos técnicos da *Thales*. “Atuamos o tempo todo, diretamente, recebendo as mesmas tarefas que os franceses recebiam, sempre sob supervisão. Tudo o que produzíamos eles anotavam, mesmo procedimento adotado com os franceses. Depois dessa experiência, acredito que meu nível profissional como especialista aumentou bastante”, diz Pedro Kaled, engenheiro mecânico da AEB.

A experiência adquirida pelos técnicos que participaram da construção do SGDC em Cannes, na sede da *Thales*, vai servir para

as próximas fases do Projeto, com os SGDC-II e III. Ainda visando à absorção de tecnologia, após edital público, a AEB selecionou cinco empresas nacionais para receberem treinamento na *Thales* em Cannes: Orbital Engenharia S. A. – Subsistema de Potência e Painéis Solares; Equatorial Sistemas S. A. – Subsistema de Controle Térmico; Fibraforte Engenharia Indústria e Comércio Ltda. – Subsistema de Propulsão; Cenic Engenharia Indústria e Comércio Ltda. – Estruturas Mecânicas para Cargas Úteis de Observação da Terra à Base de Fibra de Carbono e AEL Sistemas S.A. – Tecnologia de Componentes FPGA e ASIC para Aplicações Espaciais Embarcadas. “Agora, essas empresas, após o treinamento de seu pessoal na *Thales*, estarão habilitadas a reproduzir aqui no Brasil o que aprenderam a desenvolver lá. Então, essa será a nova fase do projeto, em que estaremos produzindo, aqui no Brasil, com técnicos e empresas brasileiras, aplicando toda a experiência que absorvemos”, explica Ronne Toledo, engenheiro mecânico da AEB.

Físico e presidente da AEB, José Raimundo Braga Coelho é um entusiasta do Programa SGDC. “Estou nessa área desde 1985 e acho que agora demos um salto quântico. Antes éramos mais modestos, mas, com esse programa, nossos compromissos tornaram-se mais sofisticados. O Brasil está a caminho de ser reconhecido mundialmente como um *player*, um grande *player* nessa área. Os próximos passos serão o desenvolvimento dos satélites, aqui

Antena de transmissão do Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P) em Brasília (DF)



Foto: Rogério Lyra

## Vigilante e Mensageiro do Espaço



José Raimundo Braga Coelho, presidente da AEB, ao lado de maquete do SGDC

em nosso país, por brasileiros e por empresas nacionais. E, no futuro, desenvolver nossos próprios veículos lançadores (foguetes), e lançá-los da Base de Alcântara.”

Com 208 milhões de habitantes, distribuídos nos 5.570 municípios, em uma extensão territorial de 8.515.759,090 km<sup>2</sup>, o Brasil necessitava de uma solução que atendesse o crescimento da demanda por acesso aos meios digitais e aos serviços oferecidos hoje na Internet. Atualmente, a maioria deles necessita de um grande fluxo de dados

para serem satisfatoriamente utilizados. É o caso, por exemplo, da troca de informações via rede sociais e dos serviços de *streaming*, dentre outros que surgem a cada dia, exigindo cada vez mais do *hardware*, do *software* e dos provedores de acesso. Nesse aspecto o SGDC vai proporcionar ao Governo Federal não só a ampliação de políticas públicas, mas, também, a criação de novos serviços. “Esse aumento na oferta da banda larga vai ampliar a capacidade do governo em atender melhor a população, nas áreas da saúde, educação, segurança pública e agricultura. Para tudo, no Governo Federal e também nos estaduais, nas prefeituras, nas universidades, em todos os lugares do Brasil, nos rincões mais afastados dos grandes centros”, enfatiza Jarbas Valente.

A telefonia celular também será beneficiada com o aumento de oferta da banda larga, que deverá satisfazer a demanda dos consumidores por melhores serviços. Hoje, o Brasil possui mais de 200 milhões de celulares (ou *chips* habilitados), com uma densidade de 116,53 celular por 100 habitantes. A telefonia móvel cresce a cada dia, enquanto a rede fixa diminui. Porém, a dificuldade de expansão nas pequenas cidades ainda é um empecilho que poderá ser contornado com a oferta do sinal do

satélite. “Em várias localidades, com cinco a dez mil habitantes, às vezes, há dificuldade de o sinal das antenas de distribuição chegar. Nesse caso, as operadoras poderão dispor além da banda dedicada que já usam, comprar a nossa, se houver disponibilidade”, explica Jarbas Valente.

Por todas as possibilidades apresentadas, o Programa SGDC promete um avanço tecnológico e social ao País. Para que a capacidade do primeiro satélite seja totalmente explorada falta pouco. Das cinco antenas de transmissão (ou *gateways*), duas já estão operacionais: uma em Brasília e outra no Rio de Janeiro. Outras três serão instaladas em Florianópolis (SC), Salvador (BA) e em Campo Grande (MS). No dia 20 de setembro, começou a montagem da antena que será instalada em Florianópolis. Depois de uma viagem de 26 dias a bordo do MSC Jeongmin – um dos cargueiros mais rápidos do mundo – 65 toneladas de equipamentos, vindas da China, chegaram ao Porto de Santos, de onde foram, então, transportadas em oito caminhões que seguiram em comboio até a Base Aérea de Florianópolis. A antena de Salvador já se encontra em Santos, no desembarque alfandegário, e a de Campo Grande está a caminho pelo Oceano Atlântico.

Foto: Rogério Lyra



Equipe de engenheiros da Agência Espacial Brasileira (Da esquerda para a direita: Rodrigo Cassiano, Cristiano Vilanova, Pedro Kaled e Ronne Toledo).

## Vigilante e Mensageiro do Espaço

### Parceria à la carte

Para a implantação do Programa SGDC, o Visiona (joint venture entre Telebrás e Embraer) selecionou fornecedores de tecnologia aeroespacial que, além de possuir o know-how em fabricação de satélites e lançadores, pudessem fornecer a transferência de tecnologia, a absorção do conhecimento necessário para que o País possa formar um corpo técnico, bem como criar empresas capazes de desenvolver projetos, manufatura e operação de satélites. As empresas escolhidas têm larga experiência nesse campo e a parceria entre técnicos franceses e brasileiros foi proveitosa. Durante os três anos da construção do SGDC, dentro do Plano de Absorção de Tecnologia (PAT), foram enviados mais de 50 engenheiros brasileiros das instituições participantes do projeto. Eles atuaram, desde a fase de projeto e engenharia até a construção e integração com o veículo lançador Ariane 5.

O veículo lançador – Ariane 5, fabricado pela Airbus Defence and Space para a Agência Espacial Europeia (ESA) é uma referência mundial em foguetes lançadores de satélites e cargas úteis. Capaz de transportar cargas com peso superior a 10 toneladas para órbitas geoestacionárias (GTO) e mais de 20 toneladas para órbitas baixas (LEO), o Ariane tem uma alta taxa de confiabilidade de 98.7%, com a impressionante marca de 75 lançamentos seguidos bem-sucedidos. Dimensões: 5,4m de diâmetro, 50,5m de altura e 780 toneladas de peso.

A Base de lançamento de Korou na Guiana Francesa (Território Ultramar da França) fica a apenas 5 graus de latitude ao norte da Linha do Equador. Para o lançamento de satélites geoestacionários, essa localização é excelente, pois representa uma economia de combustível de, aproximadamente, 30%. No meio da floresta equatorial e o mar, Korou é compartilhada por três sócios: Agência Espacial Europeia (ESA), a sociedade Ariespace (sociedade de dez nações europeias) e a CNSE, agência espacial francesa.

Thales Alenia Space é uma empresa aeroespacial franco-italiana, formada após o grupo Thales comprar a participação da Alcatel em duas joint-ventures entre a Alcatel e Leonardo, Alcatel Alenia Space e Telespazio. A empresa é a maior fabricante de satélites da Europa. A partir de 2013, a empresa passou a operar em 14 polos industriais, localizados em sete países (França, Itália, Espanha, Bélgica, Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos).



Equipe de engenheiros brasileiros acompanha a abertura do contêiner que transportou o SGDC a Kourou.



2017 ESA-CNES-ARIANESPACE/OPTIQUE VÍDEO DU CSG – S. MARTIN

Ariane 5 na plataforma de lançamento em Kourou



Foto: Philippe Semanz / Philou.cn (nome de usuário no Flickr) [CC BY-SA 2.0]

Trilhos para transportar veículo lançador



Desembarque do SGDC em Kourou no cargueiro russo Antonov An-124-100

## Alcântara prepara-se para os VLMs



Foto aérea do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão

Em 22 de agosto de 2003, um acidente ocorrido três dias antes do lançamento do terceiro protótipo do VLS vitimou 21 técnicos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), uma instituição militar ligada ao Comando da Aeronáutica, quando a Torre Móvel de Integração (TMI) explodiu. A causa, segundo o relatório final da investigação, concluído pelo Comando da Aeronáutica em fevereiro de 2004, foi um “acionamento intempestivo”, provocado por uma pequena peça que ligava o motor. Hoje, 14 anos depois, totalmente reconstruída, a nova TMI será utilizada para o novo projeto do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM). Os VLM-1 têm capacidade de lançar cargas de até 150 kg em Órbita Terrestre Baixa ou (Low Earth Orbit – LEO, na sigla em inglês). Os satélites lançados pelo VLM ficarão na altura média de 300 km da superfície do Planeta.

A 2,18 graus ao sul da Linha do Equador, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi criado por meio do Decreto Federal nº 88.136, de 1º de março de 1983. O CLA é uma organiza-

ção militar da Força Aérea Brasileira (FAB) e subordinada ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), ligada ao Comando da Aeronáutica em São José dos Campos (SP). A CLA possui uma localização privilegiada, especialmente para o lançamento de satélites em posição geoestacionária. Quanto mais próximo da Linha do Equador, melhor. Esse posicionamento produz uma economia significativa de combustível, já que o veículo lançador aproveita a rotação do planeta Terra, como se fosse um empuxo, o que poderia se chamar de efeito estilingue. A economia dessa característica do CLA seria da ordem de 30%. A Base de Alcântara, nesse sentido, tem o melhor posicionamento. Melhor, ainda, que Korou (5 graus ao norte do Equador), de onde foi lançado nosso SGDC, pelo foguete Ariane 5. Porém, a escolha do lançamento do SGDC na base francesa deveu-se ao veículo lançador. Com mais de cinco toneladas de peso e sete de comprimento, o satélite precisava de um veículo de grande porte para lançar-se em órbita.

## Projeto SisGAAz



O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) vai ampliar o monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras e das regiões de busca e salvamento sob responsabilidade do Brasil.



Vigilância com satélite e radares



Monitoramento da área do pré-sal



Prevenção da poluição das águas



Controle da pesquisa científica no mar



Combate ao tráfico ilegal de entorpecentes

Infográfico: Ministério da Defesa

\*Imagens meramente ilustrativas

## Amazônia Azul

Termo criado pela Marinha brasileira, em analogia à Amazônia, que, no passado, já foi chamada de Inferno Verde e, hoje, é reconhecida como um paraíso da biodiversidade. Nesse sentido, o termo Amazônia Azul não poderia ser mais apropriado.

O mar territorial do Brasil guarda imensas reservas de petróleo e gás, diversos minerais, além de uma grande variedade de organismos vivos. Com uma extensão total de 4,5 milhões de Km<sup>2</sup> (soma da Zona Econômica Exclusiva – ZEE com a Plataforma Continental) – área que necessita de atenção proporcional ao seu tamanho –, esse manancial natural é de responsabilidade do Brasil, que deve preservá-lo e utilizá-lo de maneira sustentável. Nesse sentido, o programa SGDC vai agregar ao Sistema de Monitoramento da Amazônia Azul (SISgAAZ) maior capacidade de acompanhamento e ajudar nos processos decisórios das operações de nossas forças navais. Com potencial de cobertura de 10,6 milhões de Km<sup>2</sup>, o SGDC poderá alcançar todo o território brasileiro, o mar territorial, as ilhas oceânicas e até a Base Antártica Comandante Ferraz.

O “Dia Nacional da Amazônia Azul” é celebrado em 16 de novembro. Sancionada pela Lei nº 13.187, de 11 de novembro de 2015, a data foi escolhida em homenagem à entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, em 16 de novembro de 1994.

# CLEPSIDRA

Quadro de Hipólito José da Costa, de autor desconhecido. Acervo do palácio do Itamaraty

## Hipólito José da Costa Patrono da imprensa brasileira

Letícia Helen

*“Se a imprensa brasileira tivesse começado mais cedo, a Independência, por exemplo, teria acontecido antes.” (Alberto Dines)*

No dia 13 de agosto de 1774, na Colônia do Sacramento, à época domínio da Coroa portuguesa e hoje pertencente ao Uruguai, nascia um dos nomes mais importantes da imprensa brasileira: Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Jornalista, diplomata brasileiro e patrono da Cadeira nº 17 da Academia Brasileira de Letras, Hipólito da Costa, como era conhecido, pertencia a uma família de classe média alta do Rio de Janeiro. Seu pai, Félix da Costa Furtado de Mendonça, era alferes de ordenanças da Capitania do Rio de Janeiro.

## CLEPSIDRA - Hipólito José da Costa - Patrono da imprensa brasileira

Após Sacramento ser devolvida à Coroa espanhola em 1777, sua família partiu para Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde passou sua adolescência. Iniciou os estudos em Porto Alegre e concluiu em Portugal, na Universidade de Coimbra, os cursos de leis, filosofia e matemática. Recém-formado, a Coroa portuguesa enviou-o como diplomata aos Estados Unidos e ao México, onde desembarcou em 16 de outubro de 1798, com a tarefa de conhecer a economia desses dois países e as novas técnicas industriais desenvolvidas pelos norte-americanos. Viveu por dois anos nos EUA no Estado da Filadélfia. Ali ingressou na maçonaria, a qual teve influência em sua vida dali em diante.

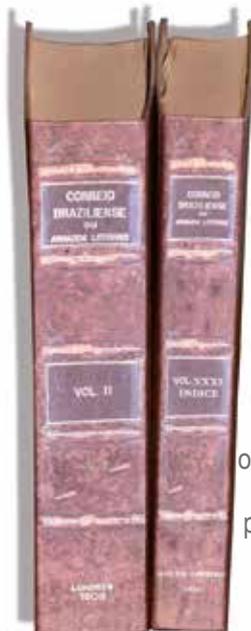
De volta a Portugal, em 1802, em seguida viajou a serviço da Coroa para Londres, com o objetivo de adquirir obras para a Real Biblioteca e maquinário para a Impressão Régia. Entretanto, outros motivos levaram-no à capital inglesa, entre eles, estabelecer contatos entre as lojas maçônicas portuguesas e o Grande Oriente em Londres. Ao retornar a Portugal, foi detido pela Inquisição – que enviava um visitador para investigar, presencialmente, como se encontravam a fé e o cumprimento dos dogmas católicos pela população – sob a acusação de disseminar as ideias maçônicas na Europa. Foi encaminhado, então, para as celas do Tribunal do Santo Ofício.

Em 1804, depois de dois anos e meio de sofrimentos, Hipólito da Costa é retirado da prisão numa fuga noturna e perigosa. Por meio de terras espanholas, via Gibraltar, Hipólito chega a Londres, onde é protegido pelo duque de Sussex, filho do Rei George III, da Inglaterra. O nobre também era maçom. Na Inglaterra, após adquirir ações do Banco da Escócia (o que imediatamente lhe concedia direito de nacionalidade) naturalizou-se inglês. A cidadania britânica evitava sua extradição pelo governo português, sob a alegação de criminoso político fugitivo. Em sua obra *Narrativa*, Hipólito declarou, após sua prisão (sem processo regular e onde foi vítima de torturas) que “nada irrita tanto o inquisidor como um homem que raciocina”. Os maçons portugueses, embora na clandestinidade e ameaçados, estavam atentos, procurando a melhor ocasião para ajudar Hipólito a libertar-se das garras do Santo Ofício.

Após ganhar a condição de estrangeiro naturalizado, isto é, de cidadão com alguns direitos políticos, em Londres, Hipólito passou a editar, regularmente, o primeiro jornal brasileiro: *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, o qual circulou pela primeira vez em 1º de junho de 1808. Com esse veículo, passou a defender as

ideias liberais, entre elas a de emancipação colonial, dando ampla cobertura à Revolução Liberal do Porto de 1820 e aos acontecimentos de 1821 e de 1822, que conduziram à Independência do Brasil.

Bernardo José de Abrantes e Castro, o conde do Funchal, e embaixador de Portugal em Londres, era um adversário ferrenho de Hipólito. Referia-se ao *Correio* como: “esta terrível invenção de um jornal português na Inglaterra”. Chegou mesmo a editar um periódico contra ele, que circulou até 1819. Em 1812, Hipólito fez um acordo secreto com a Coroa portuguesa, que previa a compra de um determinado número de exemplares do jornal e um subsídio para o próprio jornalista, em troca de moderação nas suas críticas contra a monarquia.



*Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, o primeiro jornal do Brasil – Londres, 1809.

Com seu pioneirismo, Hipólito exerceu um papel específico no jornalismo brasileiro. Lançou o jornal na capital inglesa por encontrar dificuldades de publicar obras periódicas no Brasil, em virtude da censura prévia da época. Nesse contexto histórico, redatores corriam sérios riscos ao falar de pessoas importantes e, com isso, tiveram de editar seus jornais fora de seus países de origem. Dessa maneira conseguiam participar dos debates e da luta política. Por meio da publicação do *Correio Braziliense*, as ideias liberais, das quais Hipólito comungava, chegavam clandestinamente onde não podiam entrar. Durante o período em que circulou, o jornal contabilizou 175 edições, perfazendo um total de 80 a 140 páginas, em cada volume.

Proibida em Portugal, nessa época, a maçonaria era acusada de exercer influências eclesásticas no Governo. Essa influência não era considerada crime perante a lei civil. Todavia,

o exercício da atividade maçônica era considerado uma violação ao preceito (ou preconceito) eclesástico, o que, “numa sociedade como a portuguesa, de D. Maria I, era pior, e seus praticantes mereciam as torturas e o fogo da Inquisição”, como relata Nelson Werneck Sodré, em seu livro *A História da Imprensa no Brasil*, publicado pela primeira vez em 1966.

Livro em que o autor narra a perseguição sofrida pela Inquisição



*Narrativa da perseguição de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, natural da Colônia do Sacramento, no Rio-da-Prata, preso e processado em Lisboa pelo pretérito crime de fração do poderio livre... Londres, W. Lewis, 1811. 2 v., front. (v. 1).*  
Retrato do autor por H. R. Coste, segundo G. H. Harlow.

Catálogo da Exposição: Hipólito José da Costa e a Imprensa no Brasil - Biblioteca Nacional (1974)

Hipólito sofreu forte inspiração do pensamento do conde de Rumford para se ligar à maçonaria. Desse autor, Hipólito traduziu. No início do século XIX, a obra *Ensaios políticos, econômicos e filosóficos*. Rumford, além de filósofo, era um filantropo, com experiências na área de promoção social na Baviera.

O clima de humanismo, liberdade, consciência, igualdade de direitos e de fraternidade, que Hipólito encontrou no pensamento e ação maçônicos, com soluções técnicas para certos problemas sociais, fez dele um renovador e, dentro de sua própria definição, um reformador, e nunca um revolucionário no sentido literal do termo. Com esse passado de lutas e mente visionária, a trajetória de vida pública de Hipólito foi “uma luta constante pela reforma dos costumes políticos e das instituições de sua terra natal”, na feliz definição de Mecnas Dourado, autor do livro *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. Diante dessa realidade, Hipólito da Costa decide orientar a opinião pública, de modo a reformar a cultura em prol do progresso e do bem-estar de sua terra natal.

### Dia da Imprensa

Até o ano de 1999, o Dia da Imprensa era comemorado em 10 de setembro, em função do início de

## CLEPSIDRA - Hipólito José da Costa - Patrono da imprensa brasileira

circulação de *A Gazeta do Rio de Janeiro*, datada de 1808. Porém, a Lei nº 9.831, de 13 de setembro de 1999, determinou que a data fosse alterada para 1º de junho.

A mudança se deu porque se descobriu que o *Correio Braziliense*, editado pelo jornalista Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, feito em Londres, circulava clandestinamente (até 1808, eram proibidas no Brasil a circulação e a impressão de qualquer tipo de jornal ou livro). O *Correio Braziliense* foi lançado em junho do mesmo ano, ou seja, três meses antes da *Gazeta*.

Hipólito da Costa faleceu em 1823, sem saber que havia sido nomeado cônsul do Império do Brasil, em Londres. No Brasil, é considerado o patrono da imprensa. Em Porto Alegre, foi homenageado emprestando seu nome ao Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Seus restos mortais ficaram guardados em St. Mary the Virgin, em Hurley, Condado de Berkshire até 2001, quando foram trasladados para Brasília. Atualmente, a Imprensa Nacional guarda a herma de seus restos mortais, localizada nos jardins, ao lado do Museu da Imprensa.

### Hipólito, Chateaubriand e Brasília

Evaristo de Oliveira, vice-presidente executivo do *Correio Braziliense* e presidente da Fundação Assis Chateaubriand falou à revista *Imprensa Nacional*. Com 52 anos de Casa, o jornalista goiano, que acompanhou o crescimento de Brasília e do jornal que homenageia a produção de Hipólito, fala um pouco da influência do patrono em toda essa história.

“Trazer a herma dos restos mortais de Hipólito foi um projeto conjunto executado pela Fundação Assis Chateaubriand e a Imprensa Nacional. A importância de Hipólito José

da Costa foi muito grande, principalmente pelo fato de ele ter publicado o jornal *Correio Braziliense*, em Londres, entre 1808 e 1822. Esse jornal foi editado no idioma português porque o destino dele era o Brasil. Acontece que ele vinha para o País clandestinamente, pois o principal objetivo do jornal era a independência do Brasil.

Evidentemente, que, à Corte, essa ideia não agradava. Em função dessa realidade, Hipólito vinha secretamente ao País defender seu ideal e seu projeto editorial. Dentre os vários objetivos que Hipólito José da Costa sustentava para o Brasil, estava a interiorização da capital do País. Tanto que, na primeira Constituição da República, de 1891, havia um artigo a respeito da mudança da capital, Rio de Janeiro, para o interior do País. Hipólito relatou isso por meio do jornalismo, nas edições do seu periódico. A censura que ele sofria era pelo fato de defender a independência do Brasil de Portugal. Hipólito também escrevia a favor da abolição da escravatura em seu jornal e todas essas reivindicações passavam, de uma forma ou de outra, pela independência do País.

O *Correio Braziliense* é pioneiro aqui em Brasília. Começou suas atividades no dia 21 de abril de 1960, exatamente na data da inauguração da cidade. Brasília tem essa característica de não ter data de fundação e, sim, de inauguração. Toda cidade surge a partir de um pequeno vilarejo, cresce e se transforma em município e, em determinado dia, emancipa-se. Brasília, não. Não existia exatamente nada nessa região, que foi um verdadeiro canteiro de obras ao longo de três anos e meio e, no dia definido, foi inaugurada a cidade. O *Correio Braziliense* está presente aqui desde o primeiro dia e, desde então, vem contando sua história, registrando seu cotidiano. Evidentemente, também passou pelo período árduo do regime militar, difícil em muitos aspectos,

principalmente para a imprensa, que sofreu uma rígida censura na época.

A imprensa, de um modo geral, resistiu e encontrou alternativas para divulgar os fatos em matérias que pudessem dar uma interpretação diferente daquilo do que você estava lendo. Isso ocorreu, também, na música. Foram escritas letras fantásticas que contavam histórias, mas que, na verdade, eram denúncias daquele estado de coisas. O *Correio Braziliense* tem vivido essa história do Brasil ao longo desse tempo. Especificamente, o fato de o *Correio Braziliense* ser escrito com “Z” e não com “S” de brasileiro surgiu em razão da perspicácia de Assis Chateaubriand, que sempre foi muito ativo e intuitivo, quando decidiu a respeito da construção do prédio do *Correio Braziliense*, em setembro de 1959.

Em apenas seis meses, antes da inauguração de Brasília, ele mobilizou toda a estrutura que tinha nos Diários Associados na época para construir um prédio, montar os equipamentos, organizar uma redação e rodar o jornal no dia 21 de abril. Foi nesse momento que ele fez um link com Hipólito José da Costa. A relação do *Correio Braziliense* com Hipólito José da Costa é justamente histórica. O jornal defendia a independência do Brasil e, dentre outras coisas, a interiorização da capital. Então, foi construída uma cidade nova denominada Brasília e seu cidadão chamou-se de brasileiro.

Chateaubriand resgatou o título usado por Hipólito José da Costa. Como o Brasil, na época, se escrevia com z, Brasil, o brasileiro era com z, nesse sentido, foi mantida a grafia do título original. O link que o *Correio Braziliense* tem com Hipólito José da Costa é esse insight de Chateaubriand. Sem a influência de Hipólito da Costa e a intuição de Assis Chateaubriand, certamente, Brasília não teria um jornal a ser lançado na capital, no dia da sua inauguração”.

**“Trazer a herma dos restos mortais de Hipólito foi um projeto conjunto executado pela Fundação Assis Chateaubriand e a Imprensa Nacional”**

Evaristo de Oliveira, vice-presidente executivo do *Correio Braziliense* e presidente da Fundação Assis Chateaubriand.



Ezequiel Marques Boaventura

# ARQUIVO NACIONAL

**180 ANOS**  
(1838-2018)

GESTÃO, PRESERVAÇÃO E CIDADANIA



Órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal, o Arquivo Nacional promove a gestão, preserva e garante o acesso ao patrimônio documental brasileiro, proporcionando transparência e cidadania

[www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)

Praça da República, 173, Centro - Rio de Janeiro (RJ)

Setor de Indústrias Gráficas, s/n SIG Quadra 06 Lote 800 - Brasília (DF)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
E SEGURANÇA PÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL



**REPORTAGEM ESPECIAL**

*Arquivos Abertos*



# OVNIS NOS CÉUS DO BRASIL

Rogério Lyra

“Há realmente uma tendência em se acreditar nos OVNI, como, também, o desejo de que eles sejam reais”

*(Carl Gustav Jung, 1875–1961)*

## REPORTAGEM ESPECIAL: Arquivos Abertos - OVNI's nos céus do Brasil

Em 1958, o consagrado mestre da psicologia analítica Carl Gustav Jung, preocupado com um fenômeno que contaminava a mídia, lançou o livro *Um mito moderno sobre coisas vistas no céu*. Nele, Jung analisava as aparições de discos voadores sob o ponto de vista psicológico, as quais classificava como “boatos visionários” ou projeções arquetípicas do inconsciente coletivo. Sem adentrarmos nesse aspecto, o fato é que relatos de aparições de Objetos Voadores Não Identificados (OVNI's) povoam a história há alguns séculos. Em Nuremberg (Alemanha), por exemplo, no ano de 1561, foi documentada pelo diário local uma espécie de batalha nos céus, entre objetos grandes e pequenos e de formas variadas, uns cilíndricos, outros esféricos, todos se digladiando, até por fim sumirem rumo às alturas. Já no século XX, nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, projéteis misteriosos, no espaço aéreo da Suécia, foram atribuídos à União Soviética (que negou qualquer relação com o ocorrido). No mesmo período, os *Foo Fighters*, luzes que acompanhavam os bombardeiros, intrigavam os aliados nos ataques sobre a Alemanha.

Contudo, o marco inicial da Ufologia [estudo sobre os Objetos Voadores Não Identificados (OVNI's), ou *Unidentified Flying Objects (UFO)*, na sigla em inglês] é o relato do piloto civil americano Kenneth Arnold, de 24 de junho de 1947, que afirmou ter avistado nove objetos em formação, quando sobrevoava as cercanias do Monte Rainier (Estado de Washington – EUA). Em princípio, imaginou serem aviões, mas logo percebeu o peculiar formato dos objetos, a velocidade e as manobras radicais que empreendiam. Ao descrever o episódio, procurando um termo para se referir aos objetos, disse serem parecidos com pires voadores (*Flying Saucers*, em inglês). No português brasileiro, o termo consolidou-se como Disco Voador. Para Eric Von Daniken, autor do livro *Eram os deuses astronautas?*, os OVNI's e seus tripulantes nos visitam há muito mais tempo, e seriam a origem até de antigas civilizações em nosso planeta.

Nesta segunda reportagem da série Arquivos Abertos, na qual apresentamos algumas coleções de documentos disponíveis ao público no Arquivo Nacional em Brasília, abordamos três dos principais temas da casuística brasileira, pela ordem cronológica dos acontecimentos: Operação Prato (1977), A noite oficial dos OVNI's (1986) e O Caso Varginha (1996). O acervo a respeito do assunto, cuja guarda está sob responsabilidade da Coordenação Regional do Arquivo Nacional, é bastante extenso. Muito desse material resume-se a relatórios e reproduções de matérias já veiculadas na mídia nacional, bem como a documentos fotocopiados de fichas e depoimentos, em sua maioria, produzi-

dos pela Força Aérea Brasileira (FAB), que mantinha uma estrutura bem organizada de núcleos de pesquisa acerca de OVNI's.

A fim de descrever os fatos relativos aos casos desta reportagem, lançamos mão dos documentos sob a guarda do Arquivo Nacional, bem como de depoimentos dos ufólogos que estiveram envolvidos na pesquisa e liberação desse material ao público em geral. Cabe ressaltar, porém, que nem a FAB, nem as demais instituições envolvidas nas pesquisas afirmam, em seus documentos, serem os OVNI's, ou fatos ligados a esses, de origem extraterrestre, ou tratarem-se de seres inteligentes. Embora a FAB, em alguns relatórios, utilize a expressão “comportamento inteligente”. Os interessados em pesquisar documentos a respeito de OVNI's e outros podem acessar: [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br) e cadastrar-se no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

te Vascular Cerebral (AVC), causado por hipertensão arterial, devido a um choque emocional. Aureliano e Firmino tiveram seus ferimentos comprovados em exame de corpo de delito. A respeito do que teria acontecido naquela noite, mesmo depois de submetidos a sessões de hipnose regressiva, nada foi apurado. A polícia investigou o caso, sem nunca chegar a nenhuma conclusão. Porém, ainda no hospital, um dos ribeirinhos relatou ter visto “um fogo vindo do céu”.

O episódio descrito foi o início do que viria a ser conhecido por Operação Prato. Pelas características, o fenômeno, que surgiu no Maranhão, deslocou-se até o Pará. Em setembro daquele ano, teve início a operação, após moradores das regiões de Colares, Ilha do Sol e Mosqueiro, relatarem estar sendo atacados por luzes vindas do céu, provocando pânico na população, o que atraiu



Imagem cedida pela Revista UFO

### Operação Prato

Ilha dos Caranguejos (MA), 25 de abril de 1977, em pleno governo militar, o Brasil e o mundo vivem entre os dois polos das superpotências hegemônicas (Estados Unidos e União Soviética) em Guerra Fria. Quatro homens que costumavam coletar madeira na ilha resolvem pernoitar no local, a fim de esperar a volta da maré alta e, assim, poderem retornar ao continente. Por volta das 20h, todos já estão deitados depois de um dia duro de trabalho. Subitamente, um deles, Apolinário, acordou por volta das 5h, ao ouvir os gritos de Aureliano e Firmino. Ambos reclamavam de fortes dores. Ao se dirigir a José, que estava deitado em uma rede, verificou que ele estava morto. O laudo, expedido pelo Instituto Médico-Legal do Maranhão, atestou a morte de José por um Aciden-

a atenção da Força Aérea Brasileira (FAB). O brigadeiro Protásio Lopes de Oliveira, comandante do I Comando Aéreo Regional em Belém (I Comar), na ocasião, destacou um contingente de militares para acorrerem até o local, sob o comando do então capitão Uyrangê Hollanda, assistido pelo sargento Flávio Costa. “Antes mesmo de a FAB chegar, o Serviço Nacional de Informações (SNI) mandou agentes até a área para verificar se não se tratava de alguma ação subversiva. Falavam de invasão comunista, de guerrilheiros cubanos, mas não era nada disso”, diz Ademar José Gevaerd, ufólogo e editor da revista *UFO*. Quando, em setembro, a FAB chegou a Colares, deparou-se com o que parecia ser uma histeria coletiva: os moradores diziam estar sendo atacados por luzes vindas do céu, que provocavam queimaduras, tremores e paralisia. Após esses supostos ataques,

# REPORTAGEM ESPECIAL: Arquivos Abertos - OVNI's nos céus do Brasil

as vítimas sentiam-se cansadas, como se tivessem tido todas as suas forças sugadas. Por conta disso, os nativos chamavam o fenômeno de Chupa-Chupa ou Luz Vampira.

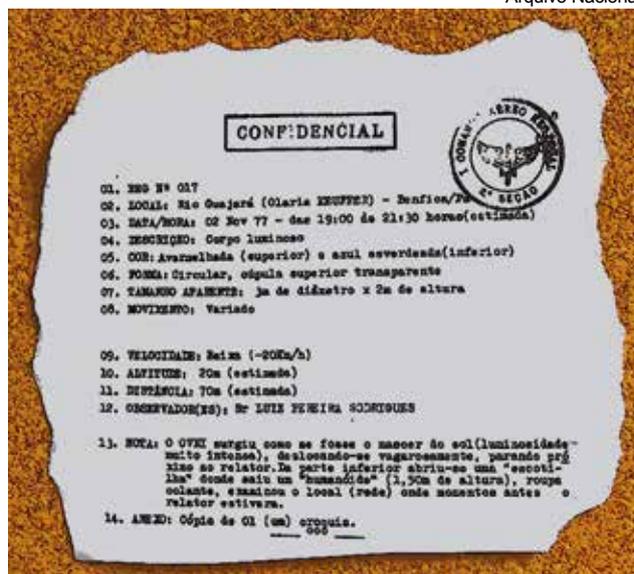
Durante quatro meses, o capitão Hollanda e seus comandados (segundo Gevaerd, cerca de 40 militares participaram da missão) investigaram as aparições de luzes que iam e vinham sem explicação. Até que começaram a surgir objetos de vários formatos e tamanhos, que tinham aparência metálica e emanavam luzes coloridas. Periodicamente, o capitão ia até Belém relatar ao brigadeiro como iam as investigações. Questionado pelo comando, sempre dizia ter visto apenas luzes, nada mais. Até que um dia, o capitão finalmente participou de um contato de 3º Grau (quando se vê uma entidade entrando ou saindo de uma espaçonave, segundo a ufologia). “Hollanda e Flávio estavam nas margens do Rio Guajará-Mirim, quando apareceu uma enorme nave cilíndrica, que o capitão nos descreveu como tendo uns 100 metros de comprimento. Da nave, saiu um ser extraterrestre, flutuando até a superfície da água, aproximando-se deles a cerca de cinco metros. Eles se entreolharam e, logo após, o ser voltou à nave, que logo em seguida sumiu do local”, relata Gevaerd, que entrevistou Hollanda.

Como era de costume, o capitão dirigiu-se até o I Comar, para apresentar relatório e comentar detalhes da operação. Após contar a respeito da nave e do extraterrestre, o brigadeiro o dispensou, dizendo que, no dia seguinte, lhe daria novas orientações. Quando voltou a estar com o comandante, Hollanda foi informado de que a Operação Prato, após quatro meses de intensa pesquisa, estava simplesmente encerrada, e que ele podia voltar às suas funções normais.



Recorte de relatório do Ministério da Aeronáutica com o título “Registros de Observações de OVNI”, com série fotográfica dos eventos ocorridos em 1977, no Pará

Arquivo Nacional



Recorte de relatório do Ministério da Aeronáutica com o título “Registros de Observações de OVNI”, com descrição de aparição de OVNI e humanóide

Para Gevaerd, contudo, a operação não se encerrou ali. “Desde o início, havia na área agentes e militares dos Estados Unidos. E eles continuaram lá registrando tudo. Na época da operação, os americanos, inclusive, emprestaram equipamentos de alta resolução (câmeras e filmadoras) para que a FAB pudesse registrar melhor o fenômeno”, ressalta o ufólogo.

No período que durou a operação, enquanto os militares investigavam, registrando em fotos e vídeos, entrevistando as vítimas, os ataques diminuíram em Colares, mas continuaram os avistamentos de espaçonaves. “Elas eram metálicas e, ao mesmo tempo, revestidas por uma luz. Havia naves de vários tamanhos. Tinha uma que era pequena e fazia manobras incríveis, essa o Hollanda até apelidou de Karmann-Guia (modelo de carro esportivo da Volkswagen, nos anos 60-70)”, explica Gevaerd.

Anos depois, a Dra. Wellaide Cesim Carvalho (segundo Gevaerd, na época ela preferiu não falar), que trabalhou no local, como médica-chefe da Unidade Sanitária da Ilha de Colares, em depoimento à revista *UFO*, disse que chegou a atender cerca de 80 pessoas com as mesmas características: ferimentos em formas circulares e queimaduras, apresentando quadro sintomático de extrema fraqueza. Os relatos eram incríveis, a ponto de uma das vítimas dizer que acordou no meio da noite sentindo uma dor na perna, como se estivesse queimando. Quando olhou para o teto, viu que esse havia sumido e uma luz incidia em sua direção.

Em 2 de outubro de 1997, já promovido a coronel, Uyrangê Hollanda, na reserva, cometeu suicídio em sua residência em Cabo Frio – Estado do Rio, três meses depois de ser entrevistado pelo programa Fantástico (*TV Globo*), para uma reportagem acerca da Operação Prato. Na mesma época, conce-

deu uma longa entrevista aos ufólogos Gevaerd e Marco Antônio Petit, ambos editores da revista *UFO*. Para Gevaerd, diferentemente das teorias da conspiração, que alegavam motivos escusos para sua morte, o coronel apresentava, há muito tempo, problemas de depressão. “Hollanda há muito apresentava um quadro depressivo. Para mim, depois da interrupção abrupta da Operação Prato, ele nunca mais foi o mesmo”, ressalta. 40 anos depois dos fatos ocorridos, os relatórios da FAB, entregues ao Arquivo Nacional, são conclusivos no que tange ao registro de eventos fora do normal, como luzes, objetos voadores luminosos (fotografados) efetuando manobras radicais, ataques e até aparições de seres. No entanto, a FAB não refuta ou admite serem esses fenômenos de origem alienígena ou paranormais. A respeito da operação, Gevaerd garante ser a maior do mundo envolvendo órgãos oficiais. “Eu viajo o mundo inteiro, participando de palestras e congressos de ufologia e posso lhe garantir, a Operação Prato foi a maior missão militar que já se realizou no Planeta.”

## A noite oficial dos OVNI's

Em 19 de maio de 1986, o recém-empossado presidente da Petrobras, Ozires Silva, voltava de Brasília, a bordo de uma aeronave modelo Xingu, junto com o piloto Alcir Pereira da Silva. Momentos depois de solicitar a autorização de pouso no Aeroporto de São José dos Campos, o operador da torre do aeroporto, após avistar no espaço aéreo, por meio de binóculos, pontos luminosos que alternavam as cores vermelha, laranja, verde e amarela, perguntou ao comandante Alcir se também conseguia visualizá-los. A partir daí, começou a seqüência de fatos que ficariam marcados como a confirmação oficial do fenômeno OVNI no Brasil.

Eram 21h10, quando o comandante Alcir confirmou visualizar os pontos luminosos. Quatro minutos depois, a Torre de Controle de São Paulo recebeu sinais sem identificação, logo em seguida avisou Brasília. No Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I) em Brasília, os radares detectavam objetos no espaço aéreo dos estados de Goiás, de São Paulo e do Rio de Janeiro. A quantidade e a velocidade dos OVNI's preocuparam os controladores, que avisaram ao Centro de Operações Militares (COPM), que, por sua vez, acionou o Centro de Operações de Defesa Aérea (CODA). Foram, então, deflagradas duas operações de interceptação e perseguição, com caças *F-5E Tiger II* e *Dassault Mirage III*, partindo das Bases Aéreas de Santa Cruz (RJ) e de Anápolis (GO).

**22h34** – O primeiro caça, um *F-5E*, decolou da Base de Santa Cruz, pilotado pelo Tenente Aviador Kleber Caldas Marinho. Durante sua missão, o piloto avistou uma luz branca a, aproximadamente, 5 mil metros de altitude, que foi subindo e mudando de cor. Afastava-se e aproximava-se com grande facilidade.

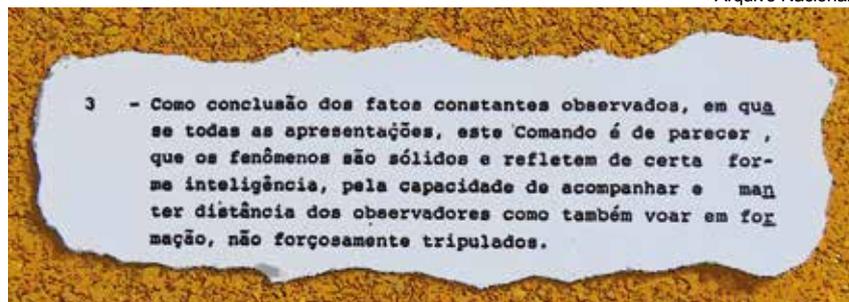
**22h48** – Após ser acionada pelo CODA, a Base Aérea de Anápolis enviou o segundo caça, um *Mirage*, pilotado pelo Capitão-Aviador Armindo Sousa Viriato de Freitas. Em pouco tempo, o piloto identificou o OVNI, que se deslocava à sua frente, em movimentos de ziguezague. Tinha as mesmas características: luminoso, esférico e com variações de cor. O mais impressionante foi que, apesar de o *Mirage* estar voando em velocidade supersônica, o OVNI, que se encontrava próximo, bruscamente acelerou e, instantaneamente, se distanciou do caça até sumir totalmente do radar.

**22h50** – Decola de Santa Cruz o terceiro caça, um *F-5E*, sob o comando do capitão Márcio Brisola Jordão. Durante a missão, o capitão vê um OVNI, com forte iluminação vermelha pairando sobre o mar. Exatamente na posição indicada pelo radar. Tenta, então, uma aproximação. O objeto, como que entendendo suas intenções, começa a executar manobras, numa clara demonstração de comportamento inteligente. Em seguida, foram detectados pelo radar diversos OVNI's, que se aproximaram da aeronave, posicionando-se seis de um lado e sete de outro. Voaram assim, em formação, ao lado do caça, por alguns minutos, sem que o piloto percebesse.

**23h17** – De Anápolis, decola o quarto caça, um *Mirage*. No comando, o capitão-aviador Rodolfo da Silva Sousa. Durante 45 minutos, o capitão manteve constante comunicação com os controladores do COPM, sem, contudo, obter qualquer registro visual ou pelo radar.

**23h36** – O último e quinto caça, um *Mirage*, decola de Anápolis, com o piloto Júlio César Rosenberg, mas, tal como no voo do capitão Rodolfo, também não registra nada de anormal.

No dia seguinte, o então ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Octávio Júlio Moreira Lima, falou à imprensa, junto com os pilotos que participaram da missão. O brigadeiro afirmou que 21 OVNI's foram detectados nos radares do CINDACTA e que caças da Força Aérea Brasileira (FAB) foram acionados em missão de interceptação e perseguição. Os objetos, no entanto,



Legenda: Recorte de relatório de ocorrência do Comando Aéreo de Defesa Aérea, com descrição a respeito do comportamento inteligente dos objetos detectados

tinham um comportamento totalmente diferente da tecnologia por nós conhecida. O ministro ainda prometeu que, em 30 dias, a FAB apresentaria um relatório final. "Isso foi uma coisa inédita no Brasil e no mundo, uma autoridade de alta patente militar dar declarações como essas. O ministro só furou quanto ao prazo de apresentar o relatório", destaca Gevaerd. Vinte e três anos após o episódio, em 25 de setembro de 2009, depois de uma ampla campanha da comunidade ufológica brasileira, a FAB divulgou o relatório final acerca do episódio que ficou conhecido pelo nome de *A Noite Oficial dos OVNI's*.

Os documentos do Fundo OVNI, sob a guarda do Arquivo Nacional, apresentam dezenas de registros a respeito dos avistamentos de OVNI's, relatados por pilotos civis e militares. A maioria dos objetos descritos têm formato discoidal, cilíndrico ou globular, possuem luminosidade – às vezes, de aparência etérea, em outras, sólida – e acompanham as aeronaves, sem, contudo, nunca interferir em suas rotas. O que diferenciou do usual os fatos ocorridos na noite e na madrugada dos dias 19 e 20 de maio de 1986 foi a intensidade do fenômeno e a declaração de uma autoridade de alta patente militar, o tenente-brigadeiro-do-ar Octávio Júlio Moreira Lima, em entrevista coletiva, juntamente com os pilotos confirmando os acontecimentos e a detecção dos OVNI's pelos radares.

### O Caso Varginha

Janeiro de 1986, no sul de Minas Gerais, a Cidade de Varginha, distante 311 km da capital, Belo Horizonte, seria o palco do caso de maior repercussão da casuística ufológica nacional. Tudo começou, porém, na zona rural do município, quando um casal de sitiantes, Oralina e Eurico, avistou o que seria um OVNI sobrevoando o local. Segundo Oralina, era cerca de 1h da madrugada, quando a agitação do gado no pasto perturbou a paz do local e lhe chamou atenção. Quando foi ver o que se passava, avistou um grande objeto cilíndrico, todo cinza, que soltava um rastro de fu-

Arquivo Nacional

maça e em completo silêncio. Chamou, então, Eurico, e os dois ficaram ali observando, por cerca de meia hora, o voo errático do que poderia ser descrito como um OVNI em queda eminente. O OVNI seguiu, assim, rumo à Rodovia Fernão Dias. O relato do casal de sitiantes só veio a público dias depois da repercussão da suposta aparição de um extraterrestre a três meninas em Varginha.

No dia 20 de janeiro, as amigas Kátia Andrade Xavier, de 22 anos, e as irmãs Liliane de Fátima Silva, de 16 anos, e Valquíria Aparecida Silva, de 14 anos, agitaram a pacata Varginha, quando afirmaram ter visto uma criatura de aparência bizarra. Eram 3h30 da tarde, quando as três volta-

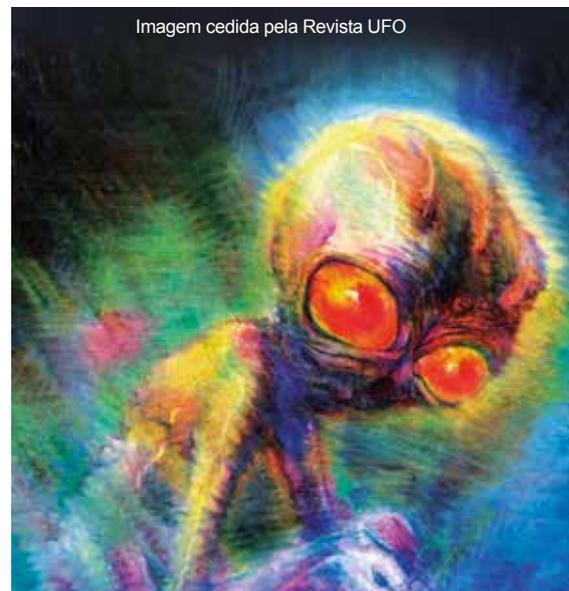


Imagem cedida pela Revista UFO

## REPORTAGEM ESPECIAL: Arquivos Abertos - OVNI nos céus do Brasil

vam para casa e resolveram cortar caminho por um terreno baldio, entre o Jardim Andere e Santana. Foi, então, que as irmãs ouviram Kátia gritar. Ao se virarem para ver o que acontecia, viram um ser agachado, com pele lustrosa e marrom, com três protuberâncias (como se fossem cristas) em uma cabeça desproporcional. Com o susto de Kátia, o indivíduo, de olhos vermelhos, as encarou (parecia assustado) e as garotas, aterrorizadas com a aparência grotesca da criatura, saíram em debandada do local. “Segundo apurei, dois bombeiros militares afirmaram terem capturado um ser exatamente igual ao mencionado pelas meninas, às 10h30 daquele dia, próximo ao Jardim Andere. De lá, eles o levaram para a Escola de Sargentos das Armas em Três Corações (EsSA)”, afirma Marco Antônio Petit, ufólogo e coeditor da revista *UFO*.

Quando chegaram em casa, as irmãs, acompanhadas por Kátia, chamaram a mãe, que se encontrava em uma loja ao lado. Elas, então, contaram que viram uma criatura bizarra e descreveram como se fosse um monstro. A mãe das meninas resolveu ir até o terreno com elas conferir toda a história. Lá chegando, nada encontraram. Apenas um forte cheiro e um cachorro farejando o local. Um pedreiro, que trabalhava em uma obra ao lado, disse que os bombeiros teriam levado o que classificou como “bicho estranho”.

Os rumores do caso começaram a se espalhar pela cidade e logo atraíram a imprensa e os ufólogos Vitorio Pacaccine e Ubirajara Rodrigues. Pacaccine e Max Portes são autores do Livro *Incidente em Varginha*, que se tornou referência a respeito do caso e principal peça do Inquérito Policial Militar (IPM), aberto pelo Exército brasileiro e encaminhado, na ocasião, à Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, em Juiz de Fora (MG).

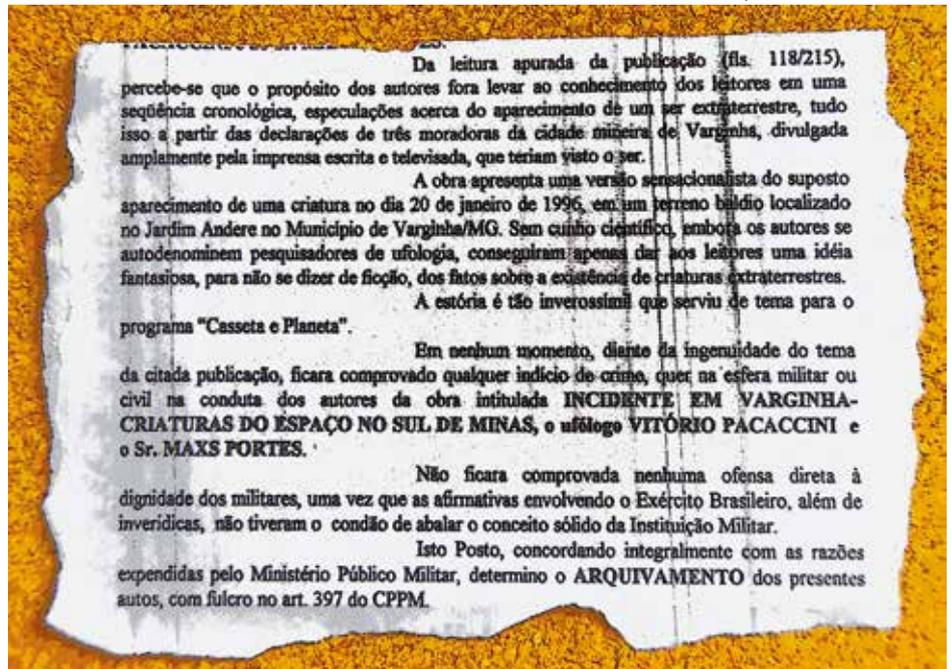
Os ufólogos apuraram que, naquele dia 20, a polícia fez uma diligência nas cercanias do Jardim Andere, por volta das 20h, quando um dos soldados que participavam da missão, Marco Eli Sherezi, conseguiu capturar uma criatura com as características citadas pelas garotas. Sem usar equipamento adequado, ou luvas de proteção, Marco teria se exposto à contaminação alienígena. Após colocar o ser na viatura, os policiais o levaram até o posto de saúde municipal, que não

recebeu o “estranho paciente”. A equipe dirigiu-se, então, ao Hospital Regional de Varginha, onde, após alguns dias, o indivíduo teria sido transferido para o Hospital Humanitas. Nas duas instituições, alas foram especialmente isoladas. Dias depois, a criatura (já sem vida) teria sido transferida para o Hospital da Universidade de Campinas (Unicamp), a fim de ser autopsiada. Nenhuma das instituições citadas confirmou esses fatos.

O Caso Varginha – a suposta queda de uma espaçonave e captura de extraterrestres – se espalhou pelo Brasil e pelo mundo, no episódio que ficou popularmente conhecido como o ET de Varginha. A vida das meninas nunca mais foi a mesma. Segundo depoimento das garotas aos principais veículos de mídia, na época, o assédio da imprensa foi cruel, interferindo, inclusive, em suas vidas particulares. Uma suposta visita de homens bem vestidos, que ofereceram dinheiro para que negassem os fatos, aumentou ainda mais a mística sobre o caso, o que as levou a denunciar o fato à imprensa. Só então cessaram as ofertas e ameaças por telefone.

O soldado Marco Eli Sheraze morreu de infecção generalizada, 25 dias depois de participar da captura do suposto ET, no Centro de Terapia Intensiva (CTI), do Hospital Bom Pastor, em Varginha. O único documento gerado pelo Exército, relativo ao caso, foi um que teve como principais investigados os ufólogos Ubirajara Rodrigues, Vitorio Pacaccine e o próprio livro *Incidente em Varginha*. Também foram arguidos os militares citados na obra, que negaram ter dado depoimentos aos ufólogos ou participação no caso na forma descrita na obra. A conclusão do inquérito foi que tudo não passou de uma confusão e distorção perceptiva, aliado a uma profusão de boatos. Teriam as meninas (que não foram ouvidas no IPM) confundido o “mudinho”, um morador da cidade com problemas mentais, com um ser incomum. “Mais provável a hipótese de que este cidadão, estando provavelmente sujo, em decorrência das chuvas, visto agachado junto a um muro, tenha sido confundido, por três meninas aterrorizadas, com uma ‘criatura do espaço’”, diz o IPM. Por fim, no dia 4 de julho de 1997, a Drª Telma Queiroz (juíza-auditora substituta) determinou o arquivamento do inquérito.

Arquivo Nacional



Trecho da conclusão do Inquérito Policial Militar do Ministério do Exército a respeito do livro “Incidente em Varginha”

## O que ainda falta



O Fundo OVNI do Arquivo Nacional contém mais de 700 registros acerca de visualizações, com testemunhos de incidentes, supostamente envolvendo esses objetos. Dentro da comunidade ufológica – que, como qualquer outro grupo de interesse, não é homogêneo –, existem divergências na metodologia aplicada, rivalidades internas e competição entre os integrantes. Entretanto, todos concordam que ainda há muito mais material pesquisado, sob a guarda das autoridades das três forças e de órgãos de segurança, do que aquilo que já foi liberado até agora. Edison Boaventura Júnior, autor do livro *OVNI, Arquivos militares – Caso Ibiúna – SP*, garante ter, sob sua custódia, centenas de documentos entregues por Acassil José de Oliveira Camargo, um agente civil e sociólogo de formação, que exerceu a função de pesquisador na Central de Investigações de Objetos Não Identificados (CIOANI), órgão criado pela FAB para pesquisar os OVNI, sob o comando operacional do major-Aviador Gilberto Zani de Mello. A Marinha, o Exército, a Aeronáutica e o Serviço Nacional de Informações (SNI) mantinham estruturas e pessoal dedicado à pesquisa a respeito de OVNI. Oficialmente, hoje, nenhuma das instituições, nem a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), se dedica ao assunto. Para Boaventura, no entanto, todos continuam, de forma discreta e sigilosa, pesquisando o fenômeno. Segundo a Lei nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação – LAI), de 18 de novembro de 2011, que regulamenta e classifica as informações quanto ao grau de sigilo, os prazos de liberação obedecem aos seguintes critérios: reservada: cinco anos, secreta: 15 e ultrassecreta: 25 anos. “Os filmes em Super 8 da Operação Prato, feitos em 1977 e 1978, foram reclassificados pela FAB e, agora, só estarão disponíveis em 2027 e 2028”, afirma Boaventura.

## Na palma da mão: como os serviços *Over The Top* estão mudando a sociedade

Letícia Helen e Cristóvão de Melo

Em 2015, um *slide* de *PowerPoint* em um congresso da gigante de tecnologia IBM acerca de inovação viralizou nas redes sociais. Ele trazia oito pontos de reflexão a respeito das quebras de paradigma proporcionadas pela Revolução Digital em alguns setores da economia. Em linguagem simples, a tela anunciava:

1. A maior companhia de táxi do mundo não tem nenhum carro.
2. O maior provedor de hospedagem do mundo não possui imóveis.
3. As maiores empresas de comunicação do mundo não detêm infraestrutura.
4. O maior varejista do mundo não mantém estoques de mercadoria.
5. A plataforma de mídia mais popular não cria conteúdos.
6. Os bancos que mais crescem não possuem dinheiro.
7. A maior casa de filmes do mundo não tem salas de cinema.
8. Os maiores vendedores de software não escrevem aplicativos.

A apresentação versava acerca dos serviços que surgiram com a popularização dos dispositivos portáteis – notadamente, os *smartphones* e *tablets* – há uma década. São serviços que podem ser classificados, de forma genérica, sob a expressão guarda-chuva *Over The Top* (OTT). Trata-se da entrega de conteúdos audiovisuais ou de prestação de serviços que precisam da Internet para sua efetivação. Utilizam a infraestrutura instalada de telecomunicações de uma cidade, país ou território, por isso o nome *Over The Top* (OTT), porque estão por cima dessa infraestrutura, que foi implantada por governos e companhias de telecomunicação antes e durante os primeiros anos da Revolução Digital.





## Hiperideias: Na palma da mão: como os serviços *Over The Top* estão mudando a sociedade

oferece a acomodação e o hóspede que busca pela locação. Não é um serviço que consuma banda larga, mas é definitivamente algo que veio para mudar a forma de alugar imóveis e se hospedar ao redor do mundo, competindo com a hotelaria tradicional.

Para se ter uma ideia do volume de recursos movimentado pelo *AirBnB*, estima-se que, durante as Olimpíadas do Rio de Janeiro, a locação de imóveis ou quartos pela plataforma foi da ordem de R\$ 250 milhões. E, durante todo o ano de 2016, somente no Rio, a empresa transacionou algo em torno de R\$ 900 milhões. Constituiu-se em desafio para os governos e seus órgãos arrecadadores de impostos, uma vez que tais movimentações financeiras ainda estão à margem de regulamentações e processos fiscalizatórios.

Um exemplo de serviço que consome banda larga de forma intermitente por ser utilizado dentro de muitos aplicativos de serviços OTT é o Sistema de Posicionamento Global (GPS), capaz de fornecer informações a respeito da localização de pessoas e lugares. Tem concorrentes menos famosos, como o Galileo, sistema europeu, e o russo Glonass. Desenvolvido pelos EUA, o GPS funciona por meio de satélites geoestacionários, que circundam o Globo e podem dar as coordenadas exatas de uma pessoa, um restaurante, um teatro ou um veículo em qualquer parte do mundo. Ninguém se perde mais.

A principal reclamação das empresas de telecomunicações e das compa-

nhas de serviços tradicionais é em relação à competição desigual imposta pelas OTTs, que detêm baixo capital imobilizado, mas utilizam a infraestrutura instalada por outros agentes econômicos, sem pagar.

Trata-se de uma realidade que chegou para ficar, tendo em vista que, mesmo com toda a desigualdade social existente, cada vez mais pessoas terão acesso a dispositivos inteligentes e conectados à Internet no mundo nas próximas décadas. São questões que desafiam os marcos regulatórios e as estratégias de inserção econômica das nações no contexto global.

Como os governos dos diferentes países responderão aos desafios colocados pela inovação tecnológica é o que fará a diferença para a economia e o bem-estar de cada sociedade.

---

### Conheça alguns dados acerca dos serviços OTTs mais utilizados no mundo:

---

# NETFLIX

Número de usuários: 103,9 milhões em 190 países.  
Lucro líquido: subiu 55% no quarto trimestre de 2016, em comparação ao mesmo período do ano anterior. De US\$ 43,2 milhões, ou US\$ 0,10 por ação, para US\$ 67 milhões, ou US\$ 0,15 por ação.  
Faturamento: US\$ 8,3 bilhões em 2016, com previsão de US\$ 11,3 bilhões em 2017. A empresa angariou mais 5,12 milhões de assinantes fora dos EUA no quarto trimestre 2016 e mais 1,93 milhão no seu país natal, superando as metas internas.  
*Fonte: Dados: Agência de notícias britânica Thomson Reuters.*

# UBER

Presente em 75 países. Opera em 633 cidades em todo o mundo.  
Valor de mercado ao final de 2016: US\$ 69 bilhões.  
Reservas brutas em 2016 = US\$ 20 bilhões.  
Receita líquida = US\$ 6,5 bilhões.  
Desde sua fundação em 2009, o Uber gastou pelo menos US\$ 8 bilhões na expansão de seus negócios. A empresa disse ter disponíveis US\$ 7 bilhões de caixa e uma linha de crédito de US\$ 2,3 bilhões sem usar.  
Curiosidade o nome Uber vem da palavra alemã *Über*, que significa acima.  
*Fonte: Bloomberg L.P.*

# airbnb

150 milhões de usuários no mundo todo.  
Valor de mercado: US\$ 31 bilhões.  
Cerca de 3 milhões de propriedades anunciadas, em 65 mil cidades de 191 países.  
*Fonte: DMR Digital Report e Agência Thomson Reuters.*

# Spotify

140 milhões de usuários. 60 milhões de pagantes no mundo todo.  
Valor de mercado: US\$ 13 bilhões.  
Faturamento: US\$ 3,5 bilhões em 2016.  
*Fontes: Agência Thomson Reuters e União Brasileira de Compositores.*

## Os impactos econômicos e sociais dos OTTs

Foto: Leticia Helen



João Maria de Oliveira – Técnico do IPEA

João Maria de Oliveira, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – especialista em empreendedorismo, economia criativa, economia dos serviços, tecnologia da informação e gestão pública – explica a eficiência e a influência dos serviços *Over The Top* na economia do País.

Segundo o pesquisador, os serviços OTTs premium (video on demand, como Netflix e Youtube) exigem banda larga e muitas pessoas não os utilizam na rua por não possuírem internet móvel com pacote de dados suficiente. Já outros OTTs (Airbnb, Uber, Spotify) podem ser acessados pela internet móvel, porque trabalham com menos volume de dados e requerem pouca velocidade de tráfego. “A diferença entre as OTTs é o consumo de banda larga”, afirma.

De acordo com Oliveira, com a proliferação de OTTs, em tese, existe, no momento, certa evasão fiscal. Porém, o consumidor escolhe aquilo que quer e paga seletivamente. E isso não é injusto. Para ele, existe uma evolução tecnológica relacionada à digitalização. Essa tecnologia propiciou o que se chama de “economia de atrito”. “Quando era recebido o jornal impresso, anos atrás, por exemplo, existia um custo de impressão, de infraestrutura e de logística para o produto chegar ao local determinado e no horário certo. A tecnologia contribuiu para eliminar

grande parte das versões impressas e analógicas de tudo no mundo. A economia desses serviços representa um ganho por conta da diminuição da poluição no meio ambiente. O lado negativo disso tudo é a perda de emprego, nesse momento, por uma quantidade razoável de pessoas”, constata.

“É o que chamamos de efeito da inovação. Enquanto sociedade, temos que ter a coragem de ser um país evoluído e saber que vamos perder, por um lado, mas que, por outro, vamos ganhar. Isso é fazer um país ser desenvolvido. A tecnologia é uma ferramenta que pode ser tanto para o bem, quanto para o mal. Um dos pontos positivos da estratégia no Brasil é fazer com que a Internet fosse um serviço universal”, ressalta.

“Fluir, entender a tecnologia e gerar debates vêm da educação. Ao invés de discutir legalização e quem pagará quem, a formação de qualidade nas áreas de conteúdo audiovisual, software, games, privilegia ainda mais a criação de novos serviços e novas áreas de emprego”, conclui.

*The war illustrated album de luxe; the story of the great European war told by camera, pen and pencil by Hammerton, John Alexander, Sir, 1871-1949*

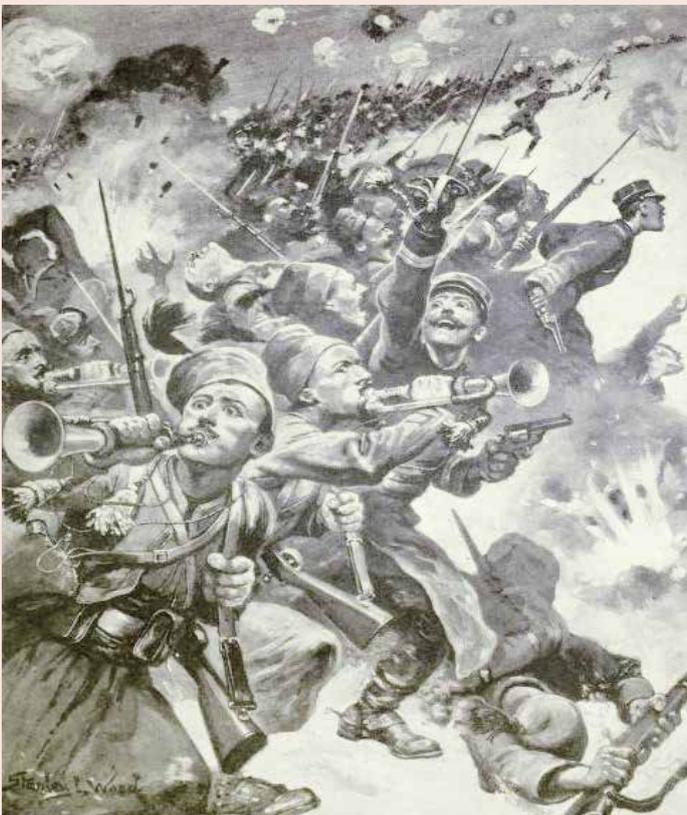


Ilustração da I Guerra Mundial

## O que significa *Over The Top*?

É uma expressão inglesa que significa além dos limites, além do topo. Criada durante a Primeira Guerra Mundial, representava o momento em que os soldados se colocavam acima das trincheiras para atacar o exército inimigo, enfrentando alto risco de morte. Na Grã-Bretanha, no período entre guerras, passou a significar situações extravagantes e absurdas. Consolidou-se no vocabulário britânico em 1982, quando uma série de TV, que tinha por título a expressão, popularizou, inclusive, sua sigla: OTT.



## Será verdade?

### O impacto das Notícias Falsas na Sociedade da Informação

Leticia Helen e Cristóvão de Melo

**Marshall McLuhan, visionário teórico canadense da comunicação,** afirmava, nos anos 1960, que os meios de comunicação atuam como extensões das capacidades naturais dos seres humanos. A televisão mostra aquilo que não podemos ver fisicamente, mas, por meio dela, temos uma extensão de nossos olhos. O rádio, quando surgiu, trouxe notícias das quais não tínhamos conhecimento, como uma extensão dos nossos ouvidos. O telefone nos permitiu levar a voz a uma distância infinitamente maior do que jamais se havia pensado. E assim, sucessivamente, cada meio representa a ampliação de uma capacidade natural dos seres humanos.

A Internet, por sua vez, expandiu ainda mais nossas possibilidades. Por intermédio dela, não apenas podemos ver as coisas que nossos olhos, naturalmente, não veem. Hoje, somos capazes de interagir com objetos, “tocá-los” em sua realidade virtual – algo que era pura ficção científica nos tempos de McLuhan. Construindo nosso próprio raciocínio, não linear, em cima das informações recebidas, ampliando nosso círculo social e dialogando com desconhecidos, podemos opinar e interagir em grupos de discussão ou projetos participativos.

No final da segunda década do Século XXI, as chamadas redes sociais expandiram nossos sentidos em esferas coletivas, conectando pessoas e seus interesses, com todo tipo de informação. Tudo o que buscamos vai estar lá, mesmo sem filtros que nos ajudem a saber se uma informação é boa ou ruim, verdadeira ou falsa, profunda ou superficial. No mundo virtual, é possível tocar, sentir, ver, ouvir e interagir com pessoas e assuntos que estão localizados há milhares de quilômetros, mas muito próximos de seus interesses, sejam mercadológicos, políticos, sociais ou amorosos. No espaço cibernético não há distância ou, melhor dizendo, a distância física não impede a aproximação de corações e mentes nas esquinas das redes sociais.

Juntamente com as redes de relacionamento digital, os mecanismos de busca na *Web*, com liderança absoluta da empresa norte-americana *Google*, compõem os pilares de uma nova *Era da Informação*, em que todos os assuntos podem ser acessados por meio de uma simples pesquisa em um *smartphone*. Qualquer um pode encontrar informações a respeito de pessoas, lugares, oportunidades de trabalho, compras, grupos de interesse comum etc.

O ciberespaço não é o limite, é o começo da busca. Sabe aquele parente que está longe? É possível contatá-lo por meio de uma chamada de vídeo no *WhatsApp* ou no *Messenger* (ferramenta de contato audiovisual da rede social *Facebook*). Precisa de um favor urgente do marido ou da esposa? As redes sociais, baseadas nos contatos de seu celular, com mensagens instantâneas, lhe ajudam nessa tarefa. Está à procura de alguém que não aparece há anos? Ou quer saber onde e o que está fazendo hoje a sua turma do terceiro ano do segundo grau (atual ensino médio)? As redes de relacionamento levam você até ela. Quer informações acerca do que está acontecendo no Brasil e no mundo? O *Twitter* lhe deixa “antenaado”. Quer estar por dentro do mundo gastronômico, das celebridades, dos carros, da tecnologia e muito mais? O *Instagram* atualiza suas ne-

cessidades de informação visual. Na Era Digital, à medida que avançamos, tudo se torna mais rápido.

Com tudo “mais perto”, prático e acessível, não se pode negar que a acomodação é o brinde perigoso desse pacote. Muitas pessoas não se questionam a respeito da qualidade e da veracidade das informações, principalmente em relação às “notícias”, disseminadas nos múltiplos canais digitais de comunicação, hoje existentes. É, a partir dessa passividade, da falta de interesse em analisar os conteúdos recebidos, que proliferam as notícias falsas, conceito popularizado por seu termo em inglês: *Fake News*.

“URGENTE: José é visto trocando carinhos com moça desconhecida, veja!”, a moça era sua filha, ou sua mãe, ou sua esposa. Para saber, é preciso verificar, checar a fonte. Coisa que pouca gente faz. E pior, muitos repassam a “informação” fraudulenta, o que amplia seu alcance e suas consequências. Mais nefasto ainda é a permanência de imagens, sons e textos na rede. Mesmo depois de deletados dos servidores-fonte, nada impede que surjam tempos depois e mantenham-se, de forma quase “eterna”, nas nuvens do ciberespaço.

Com título impactante e *lead* (texto em destaque de uma notícia) tentador, as *Fake News* nascem na internet, tornam-se virais nas redes sociais e são tomadas como “verdade”, cumprindo, pelo movimento de massas contemporâneo, a observação cínica, atribuída ao ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels: “Uma mentira contada mil vezes, torna-se uma verdade”.

Apesar dos avanços e da democratização da informação em nossa era, problemas do mundo pré-Internet: desigualdade educacional e falta de acesso à informação (inclusão digital) ainda são recorrentes nas nações mais pobres, criando abismos entre os cidadãos. A estes, foram agregados novos dilemas, como a facilidade de disseminação de ideologias antissociais, racismo, pedofilia e uma série de crimes potencializados em seu alcance via rede.

O boato, a notícia falsa ou imprecisa, sempre irá existir. Pela teoria da Comunicação, seus efeitos são produzidos no receptor que analisa, processa e responde a informação recebida. Nesse aspecto, um treinamento específico pode preparar o indivíduo para lidar melhor com a profusão de informações da atualidade. É no que aposta, por exemplo, o governo de Taiwan que, em 2017, introduziu uma nova disciplina no currículo de seu sistema educacional. Nela, crianças e adolescentes aprenderão a leitura crítica das notícias jornalísticas, a identificação e análise de propaganda política e a avaliação das fontes da informação. Chamada de “Alfabetização Midiática”, proporcionará treinamento a respeito do jornalismo e do consumo de notícias na nova sociedade da informação.

O grande desafio das empresas de comunicação que construíram suas reputações pelo trabalho jornalístico profissional é o de continuar a produzir informações confiáveis, com boa apuração, em um mundo em que verbas publicitárias migram para o *Google* e as redes sociais, diminuindo a fatia remuneratória que permitia, em passado recente, a contratação de bons profissionais, com salários compatíveis com a manutenção de requisitos de qualidade. Aliás, a busca por audiência e remuneração na *Web* é um incentivo à produção de *Fake News*, uma vez que os sites mais acessados abocanham a maior parte da verba publicitária na Internet. Criou-se, então, sob essa lógica, um filão de negócio, baseado na produção de notícias que aumentam a visitação dos endereços em que estão hospedadas, a qualquer custo, mesmo que seja pelo abandono dos mais elementares princípios do jornalismo e da ética, mesmo que as falsas notícias destruam reputações, causem transtornos sociais, propaguem o ódio ou revirem ao avesso o convívio em sociedade. Enfim, não é pouco o dinheiro em disputa. Nos EUA, a publicidade na Internet, baseada, principalmente, nas Redes Sociais e nos mecanismos de busca, ultrapassou, pela primeira vez, em 2016, a publicidade na TV,



Nas eleições presidenciais dos EUA, em 2016, algumas notícias falsas tiveram mais repercussão nas Redes Sociais do que fatos verdadeiros, divulgados em veículos de comunicação tradicional. Por conta disso, a cada dia surgem organizações no mundo que promovem ações de combate e prevenção à influência das *Fake News*. É o caso do site *FactCheck.org*, mantido por um centro de pesquisa a respeito de políticas públicas da Escola de Comunicação Annenberg, da Universidade da Pensilvânia.

Há que se diferenciar, porém, a sátira e a paródia das falsas notícias, que já se tornaram comuns em nosso dia a dia. *Sites de paródia*, como o *Sensacionalista* ([www.sensacionalista.com.br](http://www.sensacionalista.com.br)), proporcionam uma crítica bem humorada aos meios de comunicação, aos contextos históricos, a fatos específicos e a personagens do cotidiano brasileiro. Trata-se de um tipo de comunicação similar ao do consagrado programa de TV, nos EUA, *Saturday Night Life*, que faz paródia da cultura e da política americana, desde

1975.

Por outro lado, as *Fake News* são de natureza diversa. São feitas de forma proposital para ludibriar quem as recebe e causar algum efeito prático ou psíquico, muitas vezes ligado somente ao estímulo do aumento imediato da audiência do meio que veicula a notícia, mas podendo almejar a propagação de objetivos ideológicos, cujos efeitos são políticos e, muitas vezes, nefastos. As *Fake News* extrapolaram as fronteiras do humor inocente, para adentrar no mundo da política e dos comportamentos de massa, com o

créditos: ACME News Photos

# COMO RECONHECER FALSAS NOTÍCIAS



## AVALIE A FONTE

Saia da notícia para investigar o *site*, sua missão e suas informações de contato.



## LEIA ALÉM

Manchetes podem ser chamativas para obter audiência. Qual é a história completa da notícia?



## QUEM É O AUTOR?

Faça uma rápida pesquisa sobre o autor. Ele tem credibilidade? Ele é real?



## FONTES DA MATÉRIA?

Clique nos *links*. Descubra se as informações prestadas realmente dão sustento à notícia.



## CONFIRA A DATA

A republicação de notícias velhas pode não ter relevância para os eventos atuais.



## É UMA PIADA?

Se é muito bizarro, pode ser uma sátira. Pesquise o *site* e o autor para ter certeza.



## AVALIE SEUS PRECONCEITOS

Refleta se suas crenças e preferências estão afetando seu discernimento.



## PERGUNTE AOS ESPECIALISTAS

Pergunte a um bibliotecário ou consulte um *site* de checagem de notícias.

Adaptação em Português de cartaz elaborado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA) para ajudar a detecção de Fake News

intuito de influenciar decisões em pleitos eleitorais e consolidar correntes de pensamento. Muitas vezes, acabam valendo-se de táticas antidemocráticas e de mensagens com apelo xenófobo e anti-humanista.

As notícias falsas possuem similaridade estética com o jornalismo sensacionalista, do qual os tabloides de fofocas ingleses foram grandes ícones nos anos 1990. A fórmula foi copiada na produção das *Fake News*: título forte para chamar atenção e *lead* espalhafatoso ou dúbio. Completam o serviço a falta de fontes oficiais e a hospedagem em *sites* com pouco acesso, não verificados pelos mecanismos de pesquisas, mas com endereço *Web* semelhante a grandes portais. Por esses caminhos, que desembocam nas Redes Sociais, a notícia falsa inicia seu percurso até chegar a seu destino: o indivíduo receptor de informação, que pode ser qualquer um de nós. Atualmente, a quantidade de desinformação é tão grande que está cada vez mais difícil para um cidadão comum distinguir o falso do verdadeiro.

O bizarro, o excêntrico e o fantástico têm, na Internet um terreno fértil. Existem veículos especializados na geração de embustes (*hoaxes* em inglês), alguns inofensivos, embora também sejam *Fake News*. Alguns, de tão ridículos, muitas vezes toscos, ou perturbadores – como pedir engajamento para deter a produção de “gatos-bonsai” (supostamente criados em recipientes de vidro desde pequeninos, o que os tornou deformados); que divulgam a gravidez de um homem chinês; ou que propagam a descoberta de restos mortais de uma fada, logo entregam, escancaradamente, sua natureza de *Fake News*! Feito no Brasil, um vídeo produzido durante a Copa de 2010, chamado “Cala Boca Galvão”, ludibriou o mundo, pedindo ajuda para salvar uma espécie de pássaro em extinção, quando, na verdade, tratava-se de uma brincadeira gerada no *Twitter* que causou a curiosidade de pessoas que não falavam português.

## A responsabilidade de cada um

As pessoas precisam estar cada vez mais atentas à qualidade dos conteúdos, uma vez que nosso cotidiano é inundado por uma quantidade diária incomensurável de informação. De uma perspectiva moral, pode-se dizer que publicar notícias falsas e compartilhá-las configura-se uma ação tão antiética quanto jogar lixo no chão, desperdiçar água ou estacionar em vagas proibidas. Uma empresa jornalística que, pela sanha por audiência a qualquer preço, divulga notícias falsas ou mal apuradas coloca sua credibilidade em jogo. Quando a verdade vem à tona, reconstruir reputações destruídas é tarefa difícil.

Contar bem uma história não é tarefa trivial no mundo do jornalismo. O mais complicado e trabalhoso é provar que a notícia em que se está trabalhando é verdadeira, porque, mesmo que uma fonte pareça confiável, o jornalista tem o dever de desconfiar do que apura. Nem sempre publicar imediatamente uma história é o certo a se fazer. O importante é pesquisar melhor, entender vários ângulos e ouvir todos os lados envolvidos.

A sociedade precisa, também, identificar a notícia semifalsificada, a desinformação verossímil, que é ainda pior. Essa modalidade mistura fatos falsos e verdadeiros, deixando o leitor ainda mais suscetível a acreditar naquele fato. O consumidor de notícias, por sua vez, precisa suspeitar de dados e informações, interpretar o sentido da matéria, identificar a vertente e a história por trás do veículo de comunicação, saber se esse tem um público direcionado ou destina-se a uma audiência geral, sem segmentação, se segue uma corrente ideológica ou política etc.

Na era da sociedade da informação, é responsabilidade de cada um adquirir habilidades interpretativas, mas deve ser também papel do Estado, das escolas, das famílias e das comunidades fomentar o pensamento analítico. Não é absurdo imaginar, em um futuro próximo, a inclusão da *Semiótica* e matérias afins nos currículos escolares, como já se tornou real no currículo educacional em Taiwan.

## A Guerra dos Mundos: a primeira Fake News?



créditos: Internet Pixabay – Creative Commons CC0

Orson Welles tentando explicar aos repórteres que ninguém na equipe da radionovela Guerra dos Mundos achou que o programa causaria pânico na população

Em 1938, o ator e cineasta Orson Welles transmitiu pelo rádio, em Nova Iorque, uma série de boletins que noticiavam episódios estranhos: explosões no planeta Marte, a queda de um objeto em uma fazenda no estado de Nova Jérsei, o ataque de marcianos à população com um raio de calor, a notícia de que a agressão alienígena era no país inteiro e por todo o globo.

Tratava-se da primeira Fake News em larga escala, em tempos de paz. Welles adaptou para o rádio o romance *A Guerra dos Mundos* (1898), do escritor inglês H. G. Wells, um dos pais da literatura de ficção científica. Parte dos ouvintes do programa entrou em pânico, por não compreender tratar-se de uma radionovela. Os boletins de notícia, que interrompiam um suposto programa de música dançante, davam ares de realidade à peça de Welles.

A revelação de que tudo não passava de ficção só se deu depois de 30 minutos do início da radiodifusão do programa.

O episódio, que garantiu notoriedade a Orson Welles, suscitou muitas críticas e a discussão acerca da necessidade de regulação da mídia pelo Estado.

# GESTÃO

## CARTA DE SERVIÇOS, UM INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Pedro Paulo Tavares de Oliveira



***Instituída, inicialmente, pelo Decreto nº 6.932/2009 e reafirmada, este ano, pelo Decreto nº 9.094 e pela Lei nº 13.460, essa iniciativa do Governo Federal varreu dos saguões de órgãos públicos aquele aviso de que desacatar servidor público é crime. O alerta mais afastava que atraía cidadãos em busca de um serviço público de qualidade.***

## GESTÃO - Carta de Serviços, um instrumento de cidadania

Até recentemente, no Brasil, a primeira mensagem lida pelo cidadão nas portarias de instituições públicas, bem à vista nos balcões de atendimento, era a temida “desacatar servidor público é crime”. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela continua a ser crime previsto no art. 331 do Código Penal, mas a realidade hoje é outra. A salvaguarda aos servidores públicos cedeu lugar à distribuição gratuita de exemplares da Carta de Serviços ao Usuário e a anúncios bem mais atraentes como Lei de Acesso à Informação, Serviço de Atendimento ao Cidadão, Ouvidoria, Central de Atendimento, entre outros.

Essas medidas facilitadoras agora ganharão a companhia de um Portal de Serviços Públicos, municiado com informações do Censo de Serviços Públicos, ambos em fase adiantada de implantação (Ver box da página 41 para acolher o cidadão também eletronicamente. A Carta de Serviços é só um ponto de uma agenda mais ampla de modernização da gestão e, acima de tudo, do envolvimento do cidadão com ela. Exemplo positivo é a abertura do Decreto nº 9.094 e da Lei nº 13.460 para o cidadão solicitar mudanças que ampliem a qualidade e facilitem o acesso e a execução do serviço via Solicitação de Simplificação, chamada de Simplifique, em breve disponível no *Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv)* – <https://sistema.ouvidorias.gov.br/>.

Com a Plataforma de Cidadania Digital, instituída pelo Decreto nº 8.936/2016, a intenção é mostrar para os órgãos o valor por trás dessas iniciativas conjuntas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

(MP), da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Transparência e da Controladoria-Geral da União (CGU). Em paralelo, esses órgãos promovem debates com outras instituições públicas envolvidas no processo. No início de agosto, na CGU, o Ouvidor-Geral da União, Gilberto Waller Junior, e o Diretor do Departamento de Modernização da Gestão Pública do MP, Luís Felipe Monteiro, debateram, ao vivo e por teleconferência, a Lei nº 13.460 e o Decreto nº 9.094 com ouvidores do Poder Executivo Federal de vários estados, muitos deles também colaboradores na formulação das duas normas.

Espécie de guia dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Executivo Federal, como acessá-los e em que tempo, com padrões de qualidade de atendimento, a Carta de Serviços ao Usuário abre as portas do serviço público ofertado à sociedade, definido pela Lei nº 13.460, de junho passado, como a “atividade administrativa ou de prestação direta e indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública”.

Tanto esta lei quanto o Decreto nº 9.094 exigem informações precisas das Cartas de Serviço, sobretudo as relacionadas à especificação dos serviços; re-

quisitos, documentos, formas de acesso e de prestação; etapas de processamento; prazo de atendimento e locais para manifestação do usuário. As duas normas ainda requerem detalhamento dos padrões de qualidade, dos aspectos de prioridade de atendimento, tempo de espera, mecanismos de comunicação com o usuário, procedimentos para receber e responder às manifestações e modos de consulta do andamento do serviço solicitado.

Conceitos desconhecidos tempos atrás até pelos próprios prestadores, idem pelo cidadão, o imbróglio ainda se estendia à identificação do serviço público em si. A Carta de Serviços surge, então, como um guia para o agente público e para o cidadão. “Em nossas oficinas, sempre pedimos para os órgãos entenderem por um ângulo e, depois, por outro. Em primeiro lugar, não se deve entender pelo ângulo de obrigação do decreto, mas pelo ângulo do cidadão, a quem você oferece o serviço”, explica Joelson Vellozo Júnior, servidor da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e Gerente de Projetos – Serviços Públicos, do Departamento de Modernização da Gestão Pública (Inova) da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento.



Foto: Rogério Lyra

Joelson Vellozo Júnior, Gerente de Projetos do Inova - Ministério do Planejamento

## QUANTOS SERVIÇOS PRESTA O GOVERNO FEDERAL?

Em busca dessa resposta, o Ministério do Planejamento, com apoio da Casa Civil da Presidência da República, iniciou a segunda fase do Censo de Serviços do Governo Federal para catalogação dos serviços oferecidos pelas instituições públicas e, também, para ampliar a digitalização. “Já temos registrados 670 serviços, sem a administração indireta, que é o grande provedor de serviços do governo. Estima-se algo em torno de 2.000 os serviços prestados pela administração pública”, revela Joelson.

Em março deste ano, ocorreu a primeira fase da pesquisa com órgãos da administração direta (ministérios). Agora, a prioridade será o levantamento de serviços oferecidos pelas autarquias, pelas fundações, pelas universidades públicas e pelos institutos federais.

O censo será realizado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por meio do preenchimento de questionários, que irão identificar os serviços oferecidos, custos de atendimento, perfil dos usuários, tamanho do público-alvo, tempo médio de espera, entre outros. Os dados alimentarão o Portal de Serviços do Governo Federal, em breve um canal único de informações e solicitações eletrônicas. O portal [www.servicos.gov.br](http://www.servicos.gov.br), já oferece emissão de passaporte, passe-livre interestadual para pessoas com deficiência e alistamento militar, entre outras.

**Economia** – Estudos internacionais realizados no Canadá, no Reino Unido, na Noruega e na Austrália demonstram que um atendimento presencial custa, em média, US\$ 14. Quando o mesmo serviço é prestado de forma on-line, o custo é reduzido para US\$ 0.39, economia de 97% aos cofres públicos. (Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/noticias/governo-federal-inicia-segunda-etapa-do-censo-para-digitalizacao-de-servicos-publicos>)

Ao lado: Material do Censo de Serviços do Governo

Federal, elaborado para ajudar os agentes públicos a identificar os serviços públicos de atendimento ao cidadão.

Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/cidadaniadigital/censo-de-servicos-publicos>



## COMO IDENTIFICAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ATENDIMENTO?

1

### PADRONIZAÇÃO E GOVERNANÇA

Segue um rito pré-determinado e padronizado. Obediência a um processo normativo para atendimento do(a) usuário(a). Definição prévia das regras e dos procedimentos do processo de prestação por um órgão responsável, mesmo que não o execute diretamente.

2

### ENTREGA DE PRODUTO OU BENEFÍCIO

A prestação do serviço gera a entrega de um produto ou de um benefício específico, caso todos os requisitos sejam cumpridos.

3

### INDIVIDUALIZAÇÃO

Atendimento a um(a) usuário(a) final individualizado, podendo ser uma pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

4

### IMPACTO

Mudança entre a situação anterior e posterior à conclusão da prestação do serviço ao(à) usuário(a).

5

### COMPETÊNCIA

Há uma relação entre a prestação do serviço e a atividade-fim da instituição responsável por ele.

6

### INTERAÇÃO

Envolvimento da instituição pública ou seu intermediário com o(a) usuário(a), ou seu representante, por meio de um canal de atendimento (seja ele presencial ou não).

7

### SUFICIÊNCIA

Essa atividade encerra-se com a prestação de um serviço ou entrega de um produto ao (à) usuário (a) não requerendo a complementação por processos posteriores.

8

### FINALIDADE

Garantia de um direito ou a prestação de um dever ao(à) usuário(a).

Dúvidas e comentários: [censo@enap.gov.br](mailto:censo@enap.gov.br)

## GESTÃO - Carta de Serviços, um instrumento de cidadania

Ele acrescenta que o órgão público precisa se colocar no lugar do cidadão e entender que seu serviço é uma incógnita para ele. “A Carta de Serviços não é só para o cidadão, embora tenha sido criada para ele. Ela tem oportunidade de abrir pontos cegos acerca dos serviços que o órgão não imaginava e tenta responder agora só porque se fez a pergunta”. A depender do público a quem se destina o serviço, se o órgão escolheu o canal errado para comunicar, o esforço terá sido em vão. Os órgãos do Bolsa Família, por exemplo, têm um tipo de absorção, por meio de um canal específico, que é diferente de quem está às voltas com a declaração do Imposto de Renda, hoje 100% digital, conectado à Internet.

O segundo ângulo é a incógnita para o próprio órgão que presta o serviço. “Em nossas rotinas de convencimento, pedimos empatia com o público para entender a dificuldade dele em assimilar o serviço dos órgãos. Não é só um catálogo, uma lista de serviços. Muitos órgãos criaram cartas que viraram uma página amarela”, admite Joelson. Em alguns, a Carta virou uma lista telefônica que só fazia sentido para os próprios servidores do órgão. Isso demonstra que o processo de convencimento não funcionou. “Quando o órgão olha para o lado do cidadão, ele vai além da lista e percebe que precisa comunicar os compromissos de qualidade daquele serviço”.

Se a Carta de Serviços é obra do Decreto Cidadão, como ficou conhecido o Decreto nº 6.932, de 2009, por que

ela retornou agora em 2017, tanto no Decreto nº 9.094, quanto na Lei nº 13.460? “Ao longo desse tempo, temos notado a dificuldade dos órgãos em promovê-la. Isso se deve à necessidade de se entender o porquê da Carta. Talvez tenha ocorrido um problema de comunicação à época em se transmitir seus benefícios. Ela não precisa ser uma carta. Houve dificuldade de propagação dessa ideia porque ela se deteve a isso. Pode ser um vídeo. A depender do público, há mil fórmulas. Ao não entender o que é, o órgão não adere, mesmo sendo uma obrigação”, responde Joelson.

Ele comenta que, embora revogado agora, o decreto de 2009 já exigia campos mínimos, como dimensões de qualidade do serviço, prazo e canais de atendimento. O gerente cita como avanço obtido em 2017 a mudança de perspectiva de um simples catálogo para os compromissos do órgão, de modo a assegurar a participação do cidadão no controle de qualidade e lhe abrir canais para reclamar por ter sido atendido em oito dias, quando lhe prometeram quatro, inicialmente.

Em 2011, a Imprensa Nacional divulgou três Cartas de Serviço, das quais uma para a instituição, uma para seu principal produto, o **Diário Oficial da União**, e outra para o Complexo Cultural (Museu da Imprensa, Auditório D. João VI e Biblioteca Machado de Assis). Dados da época revelam que somente outros 18 órgãos haviam se comprometido via Carta. Joelson argumenta que essa estatística não

é segura. Às vezes, o órgão tem, mas não está publicada direito. Noutras, está impressa no balcão de atendimento e não está na internet. É comum se ter as informações de Carta de Serviços em outros formatos. O próprio Ministério do Planejamento fez uma Carta de Serviços em formato de palavras cruzadas a respeito de aposentadoria, porque os aposentados são um público usuário desse serviço.

Existe uma percepção generalizada de que, por sua ampla divulgação, teria a Lei de Acesso à Informação suplantado a Carta de Serviços ou esta serviu de balão de ensaio para aquela. Joelson nega essa relação. Afirma que as conexões entre as duas começam por ser dois instrumentos de participação social, do mesmo gênero. Um pela perspectiva de acessar a informação importante para o cidadão por qualquer natureza, desde curiosidade à pesquisa científica. Outro tem o viés de participação social, que é a exigência de seu direito de cidadão de ser bem atendido ao longo do processo de prestação de serviço. “A Carta de Serviços, talvez, seja menor que a Lei de Acesso à Informação, mas nesse sentido apenas. Ela pode ser um tipo de acesso à informação. O serviço público tem tempos diferentes, nem só no Brasil. O próprio engajamento do cidadão, também, é diferente. A relação entre governo, cidadão, empresa e cliente está motivada por outras razões. A Carta de Serviços acaba virando um código de criação desse primeiro *link* entre cidadão e órgão”, conclui.

## ENTREVISTA COM MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA

Pedro Paulo Tavares de Oliveira

**Em nova iniciativa para preservar a memória da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso e editado no Brasil, nesta edição de *Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública*, retomamos o contato com Maria Beatriz Nizza da Silva, historiadora portuguesa naturalizada brasileira. Nosso contato anterior aconteceu em maio de 2008, nas comemorações do bicentenário da Imprensa Nacional, quando ela veio como uma das palestrantes do ciclo de conferências *A Imprensa discute a imprensa*, justamente para falar da importância daquele jornal, profundamente analisado em seu livro *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*, publicado pela Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2007.**

Em seus 14 anos de circulação, a *Gazeta* apresentava um conteúdo variado de informações, numa linha parecida à dos jornais de hoje. Ao lado dos despachos régios, havia anúncios e notícias do exterior e das províncias. O último número, o 157, — de um total de 1.791 edições — circulou em 31 de dezembro de 1822. Ao todo, o jornal publicou 7.494 páginas. Nele, trabalhou o primeiro jornalista profissional do Brasil, Manuel Ferreira de Araújo Magalhães.

Dos prelos da Impressão Régia, hoje Imprensa Nacional, em 10 de setembro de 1808, um sábado, saiu a primeira edição, com quatro páginas. Os exemplares foram vendidos na casa do livreiro Paulo Martin Filho, no fim da Rua da Quitanda, ao preço de 80 réis.

Nos primeiros quatro anos, a edição do jornal coube ao padre português Tibúrcio José da Rocha, do quadro de servidores da Impressão Régia, órgão da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra.

Além de *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*, Maria Beatriz Nizza da Silva escreveu outros 24 livros acerca do período joanino no Brasil, feito que a tornou conhecida como uma das maiores autoridades no assunto. Entre livros, resenhas, artigos, coordenações, co-autorias, conferências, colóquios e traduções, sua vasta obra aproxima-se dos 300 títulos, desde o primeiro — *Alexandre Herculano, o historiador*, de 1964 — ao mais recente — *Vida familiar em Pernambuco Colonial*” (segunda metade do século XVIII e início do XIX), publicado este ano.



Foto: Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Maria Beatriz Nizza da Silva concede entrevista em seu apartamento em São Paulo.

Professora aposentada da Universidade de São Paulo, ela divide seu tempo entre o Brasil e Portugal, para onde retorna agora em setembro. Aos 79 anos, mantém-se ativa na pesquisa histórica, agora dedicada ao período do Nordeste Colonial, com jovens pesquisadores de Pernambuco. “Uma turma realmente fantástica. Eles organizam reuniões para discutir o Nordeste Colonial de dois em dois anos. Gostei muito de conhecê-los”, elogia.

Em 4 de setembro, no seu apartamento recheado de livros em Perdizes, bairro da cidade de São Paulo, ela conversou com o jornalista Pedro Paulo Tavares de Oliveira, presidente da comissão organizadora do aniversário de 209 e 210 anos da Imprensa Nacional, cuja programação inclui, também, as comemorações de lançamento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que pode ser consultada numa coleção completa no Museu da Imprensa, em Brasília.

**Agora, em 10 de setembro, a *Gazeta do Rio de Janeiro* completou 209 anos de criação. Qual a importância do jornal para se entender a sociedade e a cultura do Brasil no início dos anos 1800?**

Foi uma experiência realmente muito interessante, por duas razões: a *Gazeta* teve redatores, o primeiro era o padre Tibúrcio José da Rocha. Mas, depois, os outros dois eram gente da área científica. Eles não exprimiam opiniões, transcreviam documentos do governo.

A *Gazeta* não pôde ser opinativa. Depois é que começa aquela polémica dos jornais, do movimento constitucional. Mas o modelo *Gazeta* era prestar serviços de utilidade pública, como informar, em avisos, as entradas e saídas de navios. Era muito útil saber quem tinha sido nomeado, quem era coronel. A *Gazeta* é um modelo do início do século XVIII. Em Portugal, foram publicadas gazetas manuscritas, mas essas gazetas eram de gente que descrevia o ambiente da Corte. As gazetas manuscritas estavam na Biblioteca Pública de Évora, em Portugal, e agora foram republicadas em um trabalho muito interessante.

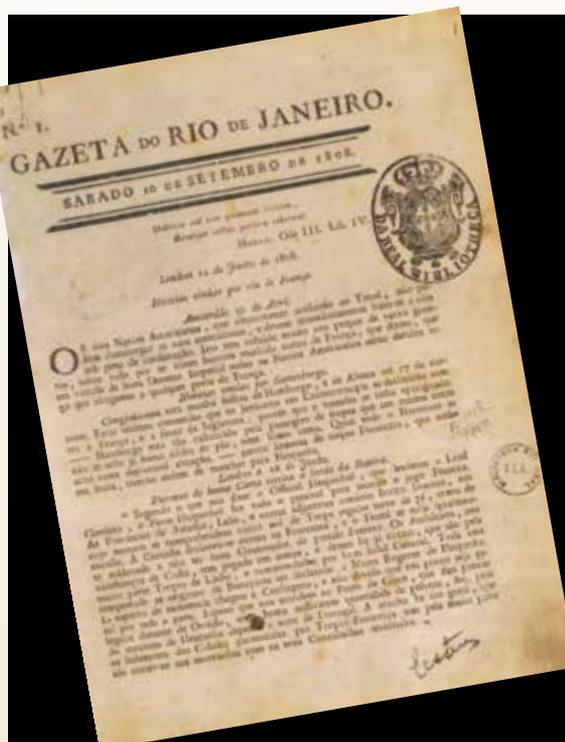
**Como a senhora comentou, embora a *Gazeta do Rio de Janeiro* fosse mais de transcrever, depois de 1808 ela começou a produzir alguns dos conceitos atuais do jornalismo, como a preocupação com o conteúdo, informação de utilidade pública, imparcialidade, periodicidade...**

A questão era saber qual era o interesse da sociedade para que a *Gazeta* publicasse. É questão muito séria essa de não ser opinativa porque não era uma imprensa de opinião. O antigo regime não permitia sair dos eixos. Então, transcreviam os textos de utilidade pública na seção de avisos. Os avisos somem quando surge o movimento constitucional e outros periódicos, como constatei nos poucos números da *Gazeta* que eu consegui encontrar do período constitucional. A questão da *Gazeta* é que o governo precisava de um instrumento de divulgação. Se aqui era a sede da monarquia, não podia deixar de ter um instrumento como aquele.

**Os muitos avisos de venda de livros demonstravam a existência de um público leitor?**

Muito importante a questão de anúncio dos livreiros do Rio de Janeiro, que importavam livros de Portugal. Na Bahia, os livreiros vendiam obras da França, mesmo ainda tendo a censura. Gosto muito do estudo a respeito do livro e da leitura e, realmente, eu acho que neste aspecto se avançou.

**Quando se exalta a *Gazeta do Rio de Janeiro* como o primeiro jornal impresso do Brasil, fato atestado em suas obras**



Número 1 da *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 10 de setembro de 1808 - Marco inicial da imprensa, no Brasil.

**e nas de historiadoras como Juliana Gesueli, é comum se ouvir que “sim, é o primeiro do Brasil, mas era censurado, é o primeiro do Brasil mas era chapa branca...”. Afinal, em 1808, havia liberdade de imprensa em outros países?**

Não, só na Inglaterra de Hipólito José da Costa. Por isso, gosto do Hipólito, porque podia escrever e exigir liberdade em uma época de censura, que existe mesmo depois do movimento constitucional. Dom Pedro também a exerceu, fez um decreto censurando essas lutas. Mesmo depois do movimento constitucional, a liberdade de imprensa aqui não foi total. Dom Pedro dizia que nada que excita a violência, a guerra, a briga entre as partes, nada disso podia ser publicado.

**A *Gazeta do Rio de Janeiro* é apenas um dos muitos legados de Dom João VI. Como situar a atuação dele para a formação do Brasil?**

O Dom João VI, em geral, tem uma má fama, o que é algo sem sentido. Interessa daquele período quem trabalhava no ministério. O Dom João é uma figura decorativa. Havia uma pessoa muito culta no governo, que era o Conde da Barca [Antonio de Araújo e Azevedo, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra]. O catálogo da biblioteca do Conde da Barca, hoje na Biblioteca Nacional, era precioso.

A biblioteca foi a leilão. Havia livros italianos, ingleses, franceses. Era riquíssima e variadíssima nos temas do comércio, relações internacionais, mas pouca literatura.

**Além do Conde da Barca, a senhora destaca outros?**

Sobretudo o Conde da Barca e o Dom Rodrigo de Sousa Coutinho [Conde de Linhares, considerado o grande cérebro do período colonial, redator do decreto de criação da *Impressão Régia*]. Era pessoa de cultura muito grande que deu impulsos necessários. Mas a figura mais importante, culturalmente falando, era o Conde da Barca. Publiquei um livrinho em Portugal que trata exatamente da figura do Dom João, que era muito pouco estudado em Portugal. Escrevi o livro para combater isso. [Dom João, *Príncipe e Rei do Brasil*, publicado em 2008]. Realmente, ninguém ligava para ele, porque ele havia vindo para o Brasil e, depois, quando voltou a Portugal, havia as Cortes que mandavam. Ele era um pau mandado das Cortes de Lisboa e dos deputados. A grande desculpa de Dom Pedro para a Independência era que Dom João estava prisioneiro em Portugal.

**Outro legado de Dom João é a *Impressão Régia*, hoje Imprensa Nacional. Como a senhora avalia o papel da instituição para a independência intelectual do Brasil, tendo**

**por base o fato de haver impresso o primeiro livro do Brasil, no dia da sua criação (13 de maio), e outras 1.154 obras nos 14 anos seguintes?**

Foi muito importante do ponto de vista científico porque havia necessidade de muitas traduções para todas as instituições. Indico um levantamento da historiadora Ana Maria Camargo para ver como realmente houve um incentivo à ciência. Não só a ciência militar, mas, também, a física e a química. E mesmo a publicação de *O Patriota*, uma revista científica, a primeira do Brasil. Um período de enriquecimento cultural, onde não havia nada.

**O aniversário de Dom João também é 13 de maio. A data passa em branco no Brasil. Em Portugal, também? Não mereceria comemorações à altura de quem foi Dom João, tendo, inclusive, elevado o Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves?**

Eu acho a questão do Reino Unido muito importante, mas não foi aceita em Portugal. Quando Dom João volta para Portugal, as Cortes de Lisboa estão decidindo a Constituição para uma só nação, que é a nação portuguesa. A primeira decisão dos deputados foi acabar com instituições criadas aqui e que havia em Lisboa, como a Real Junta do Comércio, a Casa de Suplicação, toda essa duplicação. Os deputados portugueses fizeram isso para acabar com qualquer expectativa do Brasil como sede do reino. Os deputados queriam fazer o Brasil voltar à situação de colônia. Não se admitia a questão de o Brasil ser um reino, unido a Portugal, igual a Portugal, mas foi isso que Dom Pedro defendeu sempre. E esse fato foi a base da Independência, claro.

**A senhora aceitaria o convite da Imprensa Nacional para proferir uma palestra nos 210 anos da Gazeta, em 2018?**

Poderia, em setembro estou cá, sem problema. Mas precisamos arrumar um pequeno colóquio em Brasília. Vocês têm a Universidade de Brasília para envolver mais, para suscitar publicações a respeito do assunto. No colóquio, por exemplo, podemos ter alunos de pós-graduação de Brasília, que já preparam suas teses. Organizei,

em Portugal, o colóquio *De Cabral a Pedro I, aspectos da colonização portuguesa no Brasil*. Repare, um colóquio com 25 pessoas, mas já deu um livro com 25 artigos.

**Até 1999, o Dia da Imprensa no Brasil era comemorado em 10 de setembro, por conta da Gazeta do Rio de Janeiro. Depois, mudou para 1º de junho para homenagear o Correio Braziliense, de Hipólito José da Costa. A Imprensa Nacional foi fundada em 13 de maio de 1808. A data mais apropriada não deveria ser essa última, já que, de fato, a imprensa brasileira nasce em 13 de maio, antes mesmo do Correio Braziliense?**

A data seria o primeiro documento impresso no Brasil, no Rio de Janeiro, ou na *Gazeta*. Mas não acho que sejam tão importantes essas coisas de datas. Para mim, é tudo importante, não posso opinar. Qual é o primeiro impresso que sai da Imprensa Régia? Eu acho que esse dia é importante, mais pela questão do primeiro papel impresso, que é interessante.

**A Gazeta também foi pioneira na publicação do primeiro anúncio publicitário do Brasil (venda de uma casa no Rio) na segunda edição, em 17 de setembro de 1808, data hoje consagrada ao Dia da Publicidade no Brasil. Quais outros assuntos relevantes a senhora comenta?**

O aviso era o que se chamava de anúncio. Mas era pago. Cada linha custava tantos reis. Na primeira fase da *Gazeta*, tudo que se passava na Europa era importante, sobretudo as guerras de Napoleão. Isso era base. Mais as notícias marítimas do Rio de Janeiro e os portos de Lisboa bloqueados. O Rio de Janeiro transformou-se em grande porto e precisava informar as entradas e saídas de navios.

**Criticava-se a Gazeta por conta desse tipo de conteúdo...**

O conceito de *Gazeta* não é esse. *Gazeta* era uma coisa, jornal era outra. Não havia a palavra jornal, a palavra jornal, em geral, aplicava-se a veículos culturais e científicos. No livro, eu explico essa diferença entre *gazeta* e jornal. Os alemães e os franceses usaram a palavra *gazeta* durante muito tempo.

**A publicação de atos oficiais no Brasil começou pela Gazeta do Rio de Janeiro, missão ainda hoje mantida pela Imprensa Nacional por meio do Diário Oficial da União. Como a senhora analisa a publicidade dos atos oficiais no aspecto de transparência da atuação governamental?**

A sociedade precisava ser informada dos atos do governo. Qualquer sociedade que tem um governo precisa saber o que o governo faz. É fundamental. Tanto em 1808 como hoje. A pessoa precisa se governar com isso. É necessário se ter um órgão responsável para divulgar aquilo que o governo faz. Essa é a concepção.

**O encerramento da circulação da Gazeta em 31 de dezembro de 1822 seria um prenúncio do que acontece hoje com muitos jornais substituindo a versão impressa pela eletrônica?**

Não. A *Gazeta* existiu praticamente sozinha durante muito tempo. Quando começa o movimento constitucional aparece um monte de periódicos. Aí a *Gazeta* de certa maneira perdeu a sua função por ter sido a única fonte de informação. Surgiram periódicos de vários tipos para linhas políticas diversas. O Hipólito, também, deixou de escrever em 1822. Ele não tinha mais nada para dizer. A *Gazeta* viu que havia uma diversidade muito grande de periódicos com linhas bem definidas e, então, ela perdia sentido.

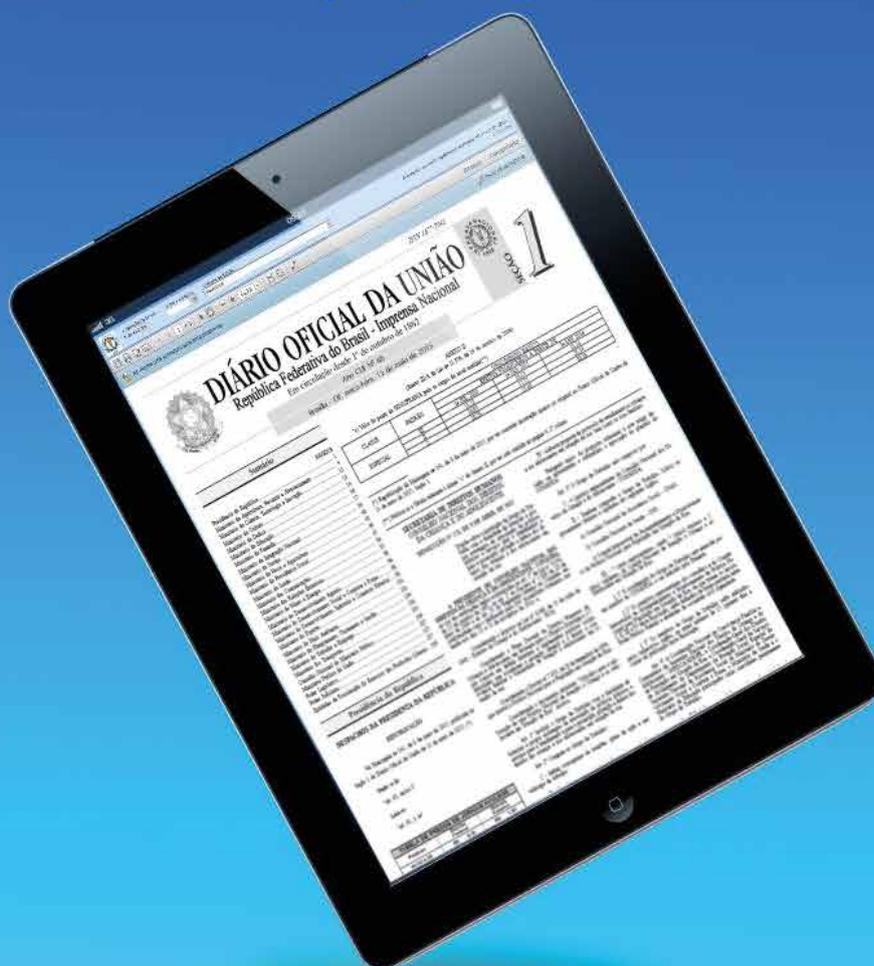
**A senhora acredita que o jornal impresso está mesmo com os dias contados?**

Não. Detesto tudo que é eletrônico, compro o *Estado de S. Paulo* todos os dias. Não gosto de televisão, gosto de ler jornal. Portanto, acho que o jornal não está com os dias contados. Em Portugal, os jornais são pequenos, isso é mais cômodo. Há a questão do aspecto manuseável do periódico de papel. A não ser que você só queira saber no celular se o cara lá da Coreia do Norte lançou uma bomba de hidrogênio. Esse tipo de notícia tem ali, mas o jornal não tem só isso. O jornal vai continuar. O *The New York Times* é um jornal muito grande, mas as pessoas continuam gostando disso.

# Diário Oficial da União Em versão eletrônica

Ágil,  
seguro e  
acessível

Cidadania digital  
em qualquer momento,  
em qualquer lugar



Acesse as opções de pesquisa  
IN Busca Total e Aviso de Publicação no Portal  
[www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)

# **OS JARDINS DA IMPRENSA NACIONAL**

Ezequiel Marques Boaventura

## **Velhas Árvores**

**“Olha estas velhas árvores, mais belas  
Do que as árvores moças, mais amigas,  
Tanto mais belas quanto mais antigas,  
Vencedoras da idade e das procelas...  
O homem, a fera e o inseto, à sombra delas  
Vivem, livres da fome e de fadigas:  
E em seus galhos abrigam-se as cantigas  
E os amores das aves tagarelas.  
Não choremos, amigo, a mocidade!  
Envelheçamos rindo. Envelheçamos  
Como as árvores fortes envelhecem,  
Na glória de alegria e da bondade,  
Agasalhando os pássaros nos ramos,  
Dando sombra e consolo aos que padecem!”**

***Olavo Bilac***

## MEIO AMBIENTE - Os jardins da Imprensa Nacional

Imagine um terreno de 180 mil metros quadrados, acrescente, nesse espaço enorme, mais de 40 espécies de árvores raras, frutíferas e plantas exóticas, como pau-brasil, buriti, ipês, mangueiras, cedro, cambuí, jatobá, abacateiro, palmeira-imperial, pequi, xixi de macaco, embaúba, pau-de-óleo, pajeú, jequitibá-rosa, coqueiro macaúba, jacarandá-da-bahia, tamarindeiro, abacateiro, ingazeiro, sapucaia, cedro, ameixeira, figueira, monguba, pau-ferro, pau-pereira, seringueira, angico, amoreira, jabuticabeira, goiabeira-roxa, graviola, abio, acerola, amoreira, mogno, tamboriú, entre outras. Todas plantadas e preservadas dentro de uma mancha verde, localizada em um bairro cercado de prédios residenciais, oficinas, gráficas, bares, restaurantes, igrejas e repartições públicas.

Falamos do edifício-sede da Imprensa Nacional, localizado à Quadra 6, Lote 800, no Setor de Indústrias Gráficas, em Brasília. Este órgão público, em sua longínqua história de 209 anos (57 desses, na nova Capital) completados agora em maio de 2017, tem uma relação de amor e carinho com suas preciosidades da flora brasileira, plantadas e preservadas em seu espaço físico. Se por acaso bateu a curiosidade em você leitor de conhecer algumas dessas espécies raras de beleza singular, o périplo pode começar nas imediações do Museu da Imprensa.

Nesse local, você pode contemplar uma palmeira-imperial com mais de 20 metros de altura, ou quem sabe ficar frente a frente a um pé de mogno, árvore catalogada hoje pelo Ibama como imune a corte e, a julgar pelo seu tamanho, com mais de 20 anos de existência. Depois, conhecer um jatobá, uma seringueira, o pau-brasil. Após essa pequena caminhada rural, pode ser que o espírito dos ambientalistas e a consciência de preservação da natureza falem mais alto em seu coração.

Outra espécie que não pode deixar de ser apreciada é a figueira localizada perto da Creche Leôncio Correia, que funciona nas dependências da Imprensa Nacional. A árvore impressiona qualquer pessoa pelo tamanho e pela grandeza e beleza de seus galhos e folhas. Fora as sugestões dadas aqui, existem inúmeras outras espécies que sugerimos aos visitantes conhecer. Brasília oferece muitos passeios cívicos e ambientais aos moradores e turistas. A Imprensa Nacional consegue reunir as duas características em suas instalações. Quando visitar o Museu da Imprensa, peça para conhecer os jardins da Casa.



Palmeira Imperial - *Roystonea oleracea* (plantada em 1997, doada pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro)



Palmeiras Imperiais - *Roystonea oleracea* (doadas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro em comemoração ao Bicentenário da IN em 2008)



Mogno - *Swietenia macrophylla*



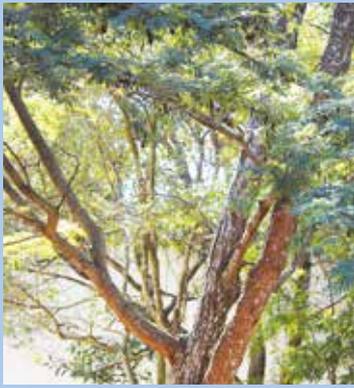
Macaúba - *Acrocomia aculeata*



Tamarindeiro - *Tamarindus indica*



## MEIO AMBIENTE - Os jardins da Imprensa Nacional



Jacarandá-da-bahia - *Dalbergia nigra*



Aroeira - *Schinus terebinthifolius*



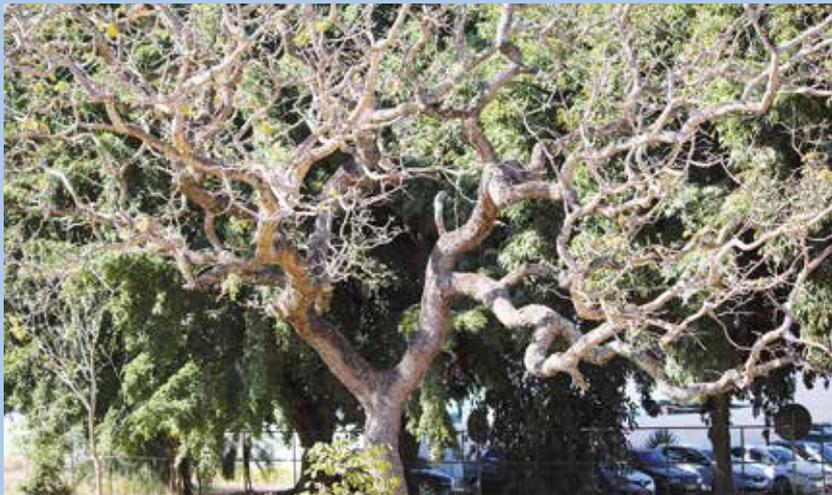
Jatobá - *Hymenaea courbaril*



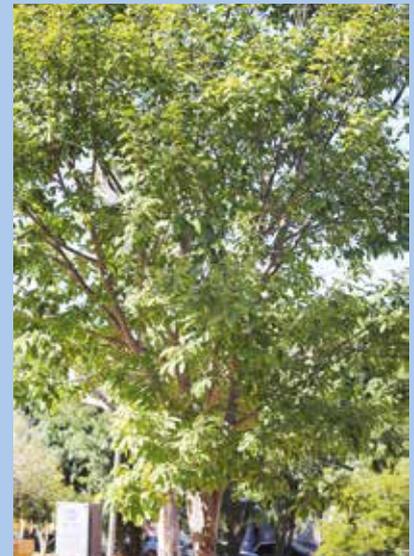
Jatobá - *Hymenaea courbaril*



Pitangueira - *Eugenia uniflora*



Pequi - *Caryocar brasiliense*



Jequitibá-rosa - *Cariniana legalis*

Fotos: Ezequiel Marques Boaventura

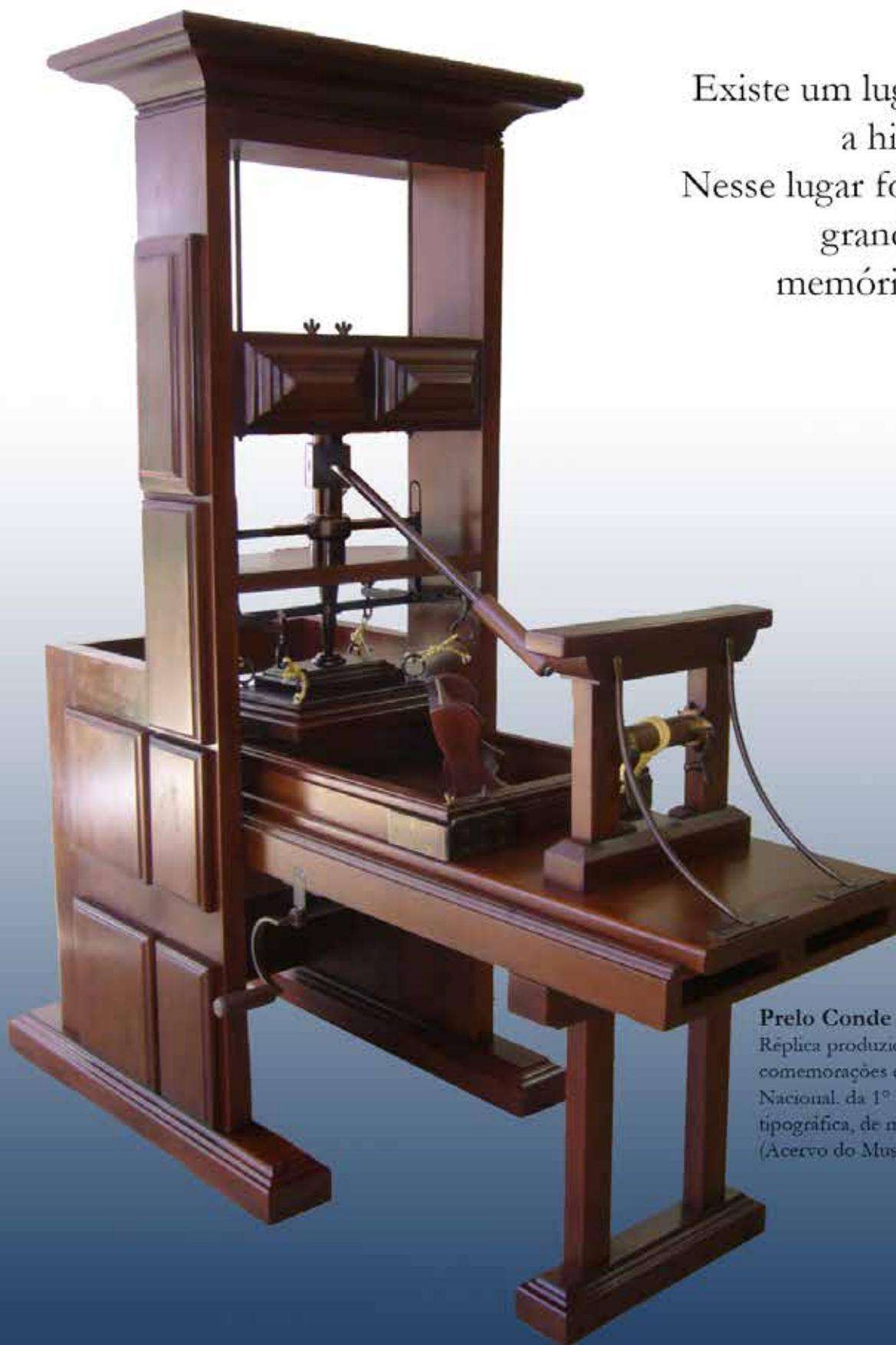
Colher amoras, acerolas, abacates, mangas, ingás, tamarindos, ameixas diretamente do pé, respeitando o período de floração de cada uma dessas espécies, já se tornou rotina para alguns servidores e colaboradores que trabalham na Casa e, a cada ano, aguardam, ansiosos, o amadurecimento das frutas para saboreá-las ali mesmo ou, então, levá-las para casa e oferecer aos amigos e familiares. Eis algumas das espécies frutíferas que compõem o acervo ecológico da Imprensa Nacional.

Os curiosos de plantão poderiam perguntar: como tantas árvores frutíferas e espécies raras apareceram e cresceram dentro do terreno? E que, a cada ano impressionam e encantam a todos pela imponência do tamanho de seus troncos, flores, frutos, galhos, enfim, tudo de bom e bonito que a natureza nos oferece, sem contar a importância da qualidade do ar exalado nas redondezas do prédio por esse ‘pequeno pulmão verde’.

Graças a atitudes de servidores e colegas que trabalharam ou que ainda estão no órgão nos últimos anos – como plantar uma semente, fava, galho ou mesmo uma muda trazida de outro estado, de casa ou doada por instituições, a exemplo do Departamento de Parques e Jardins da Nova-cap–, legou-se para as atuais e futuras gerações essa imensa área verde, que é patrimônio não só da Imprensa Nacional, mas também de todas as pessoas que amam e sabem da importância de manter esse ‘tesouro ambiental’ que pertence, afinal, a todos nós.



# VISITE O MUSEU DA IMPRENSA



Existe um lugar em que  
a história vive.  
Nesse lugar foi impressa  
grande parte da  
memória nacional.

## **Prelo Conde da Barca**

Réplica produzida em 2008 para as comemorações dos 200 anos da Imprensa Nacional, da 1ª Máquina de impressão tipográfica, de madeira e bronze.  
(Acervo do Museu da Imprensa)

## **MUSEU DA IMPRENSA**

Aberto de segunda a sexta-feira (8h às 18h)

(61) 3441-9618 | (61) 3441-9680

museudaimprensa@in.gov.br | <http://portal.in.gov.br/museu> | SIG, Quadra 6, Lote 800 - CEP: 70610-460 - Brasília (DF) - Brasil

# MEU ENCONTRO COM DEZ PSEUDÔNIMOS NA BELLE ÉPOQUE NO RIO DE JANEIRO

Ezequiel Marques Boaventura



Angustiado pela opressão do mundo atual, tenho tido sonhos estranhos, sonhos inverossímeis, mas que parecem muito reais. O que oprime meus pensamentos na vigília cotidiana extravasa no meu descanso. Os problemas mais complexos são resolvidos da forma mais corriqueira nos meus sonhos. Talvez seja um mecanismo de defesa do meu corpo, da minha psique, projetado para me proteger de mim mesmo. Se de dia elucubro acerca dos becos sem saída de nossa civilização, à noite, minha mente decifra qualquer enigma. Trago fios de Ariadne no meu inconsciente, capazes de escapar de qualquer labirinto, de qualquer monstro moderno ou antigo, com cabeça de serpente ou de touro, seja na Creta minoica ou no Rio de Janeiro da *Belle Époque*.

E foi exatamente o que me aconteceu hoje. Estava no Bar Ernesto, no Largo da Lapa, na Cidade do Rio de Janeiro. Vestia um terno branco de linho, sapatos bicolores e um chapéu panamá. Fumava cachimbo e tomava um *chopp*, medida de volume alemã que se tornou símbolo de cerveja não pasteurizada

em nosso país. Nesse belíssimo casarão, apreciavam comigo o líquido dourado dez personalidades em uma mesa-redonda. Me senti revisitando a obra de Platão, *O Banquete* (*O Simpósio*, para os puristas), em que pude arguir meus interlocutores acerca das contradições da nossa vida atual: da falta de diálogo e de encontro, apesar de tanta tecnologia de contato interpessoal; da violência urbana e do terrorismo, a despeito da globalização; das ameaças de novos confrontos bélicos e do ressurgimento do fascismo e do nazismo, mesmo sabendo de seus males em um passado não tão distante.

Pois bem, meus dez companheiros oníricos, dez grandes pseudônimos de autores consagrados, me proporcionaram uma noite agradabilíssima, que me pareceu durar centenas de horas, na qual aplacaram todas as minhas dúvidas. Foi como se tivessem condensado a sabedoria de todas as suas obras (romances, crônicas, peças teatrais, tratados filosóficos, sátiras, reportagens) em um diálogo que me esclareceu a complexa natureza humana em toda sua dimensão.

Quem eram esses autores, atento companheiro de monólogo?

Revelo-lhe agora: o existencialista e solitário mensageiro do amor, o filósofo dinamarquês Sören Kierkegaard (Johannes Climacus); o defensor dos operários oprimidos e explorados em sua força de trabalho, o escritor inglês Charles Dickens (Boz); os portugueses, o poeta de várias faces, Fernando Pessoa (Alberto Caeiro, Ricardo Reis, Álvaro de Campos); o realista e crítico dos valores burgueses, Eça de Queirós (Carlos Fradique Mendes, o poeta satânico); o sarcástico dramaturgo pernambucano, Nelson Rodrigues (Suzana Flag); e os cariocas: o irreverente, alegre e descontraído cronista e jornalista Sergio Porto (Stanislaw Ponte Preta); e o dândi da alma encantadora das ruas do Rio de Janeiro, Paulo Barreto (João do Rio).

Já desperto, como se tivesse terminado uma longa viagem, tentei lembrar no papel ao menos uma resposta de cada um dos geniais heterônimos com que conversei. O resultado, muito pouco fide-

digno à clareza com que as explicações a mim foram apresentadas no mundo de Morfeu, segue abaixo:

A Suzana Flag (Nelson Rodrigues), perguntei:

Você usou muitos palavrões em suas peças, falou do machismo, do incesto, do adultério, deu voz às prostitutas. Qual foi o seu objetivo ao explorar esses temas que nunca saem de moda?

Resposta: Eu quis dizer para toda a sociedade, que, embora ela pregue certos valores como corretos e a justiça social, na verdade, na prática, não temos nada disso. Nas minhas peças, usando meu *slogan* 'um teatro desagradável', eu quero mostrar que o mundo é muito injusto, desumano. Meus personagens vivem à margem da sociedade. A respeito de falar do machismo, adultério, prostituição, creio que esses assuntos nunca deixarão de frequentar as manchetes diárias dos jornais, não é mesmo pessoal?

A Carlos Fradique Mendes (Eça de Queirós), indaguei: aos 22 anos, você fundou, em Évora, um jornal de oposição ao governo. Nós sabemos que você foi um crítico contumaz do comportamento da sociedade burguesa. Explique melhor essa situação.

Resposta: Não sei se vocês sabem, mas eu sou filho ilegítimo e somente aos dez anos conheci meus pais. Mesmo assim não desanimei e fui em frente para escrever meus livros. Ataquei a moralidade da burguesia portuguesa. Aos 22 anos, fundei um jornal em Évora que era contra o governo. Quem já leu meus livros sabe que eu explorei não só os valores burgueses, como, também, outros temas ligados ao realismo. Vejam por exemplo, *O crime do padre Amaro*. Nesse livro, eu procuro desorientar todos os críticos ao fazer uma leitura do desvio de conduta de um padre. Já em *O primo Basílio*, ataco ferozmente as falsas bases da moralidade lisboeta. Não podemos aceitar que a burguesia tenha privilégios em cima de comportamentos desprezíveis.

A Boz (Charles Dickens), inquiri: o mundo moderno mudou muito em relação ao seu tempo. Você viveu na época da Segunda Revolução Industrial, no século XIX. Era comum, nas fábricas londrinas, crianças e jovens trabalharem de 12 a 14 horas por dia sem direito a nenhum benefício social, sem contar as péssimas condições sanitárias da suja e escura Londres desse período. Hoje, a sociedade busca o ócio produtivo, ou seja, trabalhar menos e produzir mais. O que você tem a dizer acerca dessa afirmação?

Resposta: Quando eu tinha 12 anos, para ajudar minha família, entrei como operário numa fábrica de graxas, onde colocava rótulos nos vidros e vivi a Revolução Industrial do século XIX em carne e osso. Por isso, não poderia deixar de denunciar as barbaridades daqueles anos. No meu romance *Oliver Twist*, criei uma fantasia acerca do bem e do mal. Crianças e jovens são explorados e vilipendiados. Todos que leram o livro sentiram pena e ficaram revoltados com as condições de vida dos personagens. Em relação à sua pergunta, tenho que responder o seguinte: em qualquer época, em qualquer circunstância, o trabalho dignifica o homem, principalmente os jovens. Eles precisam ter esperanças, sonhos e emprego digno para ser alguém na vida.

De Stanislaw Ponte Preta (Sergio Porto), quis saber: a característica marcante e natural de sua obra é o bom humor. Seu estilo alegre e o seu pseudônimo caíram no gosto dos leitores. Neste mundo injusto e corrido de hoje, ainda cabe lugar para a ironia e o riso?

Resposta: Enquanto houver políticos desonestos, interesseiros, injustiças sociais, maridos infiéis, corrupção e outras mazelas da sociedade, o cronista do bom humor tem lugar garantido nesse ambiente. Não podemos esquecer que o leitor quer saber notícias a respeito do mundo, mas, também, devemos dar a ele doses de humor e riso para que, dessa maneira, a vida não seja apenas esse mar de tristeza e notícias ruins. O humor espontâneo, as crônicas satíricas e engraçadas nunca deixarão de existir. Precisamos do humor e do riso em nossas vidas. Ninguém é perfeito, nem aqui nem na China.

A Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos (Fernando Pessoa), perquiri: é do conhecimento dos leitores da obra de Fernando Pessoa que ele usou mais de 70 pseudônimos em sua carreira de escritor e poeta. Contudo, vocês três tornaram-se ilustres em sua complexa obra. Quem de vocês poderia passar uma mensagem de esperança para o mundo de hoje?

Resposta (em vozes uníssonas): Para responder a essa pergunta, não usaremos pseudônimos, falaremos como Fernando Pessoa mesmo: Vou lhes contar uma história. No século I a.C., o general romano Pompeu encorajava marinheiros receosos, inaugurando a frase "*navigare necesse, vivere non est necesse*". Veio o século XIV e o poeta italiano Petrarca transformou a expressão para "*navegar é preciso, viver não é preciso*". Em vida, quis para mim o espírito dessa frase. Navegar é preciso. Sim. Navegar é uma viagem exata,

fazia-se com bússolas e astrolábios. Hoje, pessoal, faz-se com satélites, GPS e WWW's. Minha mensagem é a seguinte: Viver não é preciso? Não, quando navegar é sonhar, ousar, planejar, arriscar, empreender, realizar, porque aí, navegar é viver!

A João do Rio (Paulo Barreto), perscrutei: as ruas da Cidade do Rio de Janeiro de hoje transformaram-se em locais perigosos nos quais o cidadão corre o risco de levar uma bala perdida, ou mesmo ser vítima de assalto e roubos generalizados. A violência foi banalizada. As famílias estão à mercê do tráfico e da bandidagem. Existe uma maneira de resolver todos esses problemas?

Resposta: Fui um caminheiro andante pelas ruas do Rio de Janeiro nos idos de 1904 e 1907. Nessas minhas andanças, pude perceber as transformações pelas quais a cidade passava e se modernizava até virar capital federal. Nesse período, escrevi inúmeras crônicas a respeito dessa cidade, suas ruas, suas construções históricas, seu povo ordeiro e contemplei nas ruas as misérrimas e as glórias do Brasil Republicano. Portanto, essas notícias que você me contou me deixam muito triste e desconcertado. Não podemos deixar essa cidade linda e maravilhosa esquecida e aviltada nesse ritmo. Com união, trabalho e vontade política, vamos mudar essa realidade.

Finalmente, a Johanes Climacus (Sören Kierkegaard), interroguei: Climacus, como você é o único filósofo do grupo e estudou e escreveu muito a respeito da complexa natureza humana, gostaríamos que, diante de tantas indagações, respostas e afirmações ditas até agora, você finalizasse esse bate-papo, dando sua opinião do que você achou de tudo isso que foi discutido nesse simpósio.

Resposta: Fui chamado de filósofo, alguns críticos não me acham filósofo, me acham teólogo, humanista etc. Acho que fui tudo isso e, acima de tudo, cristão e apaixonado. Aqui vai a minha receita para a felicidade. Em 1847, escrevi um livro chamado *Obras do amor - algumas considerações cristãs em forma de discursos*, dedicado a minha amada Regine Olsen, com quem fui noivo durante quase um ano. Infelizmente, por razões que aqui não cabe discutir, desisti do noivado na última hora. Nesse livro, eu prego que amar a si mesmo é natural, mas a religião acrescenta 'ama o teu próximo como a ti mesmo'. Esse acréscimo pode mudar o mundo, vencer o egoísmo. Amar é aproximar o outro do amor, ajudá-lo a conhecer e a viver o amor divino.

# 19º CONCURSO NACIONAL MUSEU DA IMPREENSA 2017/2018

[www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)  
61-3441-9618  
[concursomuseu@in.gov.br](mailto:concursomuseu@in.gov.br)

**Artigo Jornalístico**  
Ensino superior:  
Centenário de morte  
do médico sanitarista  
Oswaldo Cruz



Oswaldo Gonçalves Cruz nasceu em 5 de agosto de 1872, em São Luís de Paraitinga, São Paulo. Cientista, médico, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista brasileiro. Foi pioneiro no estudo das moléstias tropicais e da medicina experimental no Brasil. Faleceu em Petrópolis no dia 11 de fevereiro de 1917.

**Desenho**  
Ensino Fundamental  
Anos iniciais  
(1º ao 5º ano):  
Chacrinha visita o  
Museu da Imprensa

**Redação**  
Ensino médio:  
60 anos do projeto do  
Plano Piloto de Brasília



**Redação**  
Ensino Fundamental  
Anos finais  
(6º ao 9º ano):  
95 anos da Semana  
de Arte Moderna



José Abelardo Barbosa de Medeiros, mais conhecido como Chacrinha, nasceu em Surubim, Pernambuco, no dia 30 de setembro de 1917. Ele é considerado o maior comunicador do rádio e da televisão brasileira. Começou a carreira no rádio, no final dos anos 30. Chacrinha faleceu no dia 30 de junho de 1988, aos 70 anos. O último programa Cassino do Chacrinha foi ao ar em 2 de julho de 1988.

REALIZAÇÃO:

APOIO:



Gráficos trabalham na impressão de N° 185,  
de 2017, do Diário Oficial da União, rodado na  
impressora DGM 850



FOTO: Rogério Lyra

<http://www.in.gov.br>

